



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

⊕ 1533 116

ANO XVIII — Nº 82

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Transferência de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial.

O Presidente do Senado Federal, atendendo à existência de matéria urgente, a ser objeto de deliberação do Senado, resolve transferir para o dia 2 de julho próximo, às 21 horas e 30 minutos, a convocação da sessão conjunta do Congresso Nacional que devia realizar-se hoje, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 962-B-56 na Câmara e nº 97-56 no Senado, que transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências.

Senado Federal, 27 de junho de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

16.ª sessão conjunta da 1.ª sessão legislativa ordinária da 5a. legislatura

Em 2 de julho de 1963, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 962-B 56 na Câmara dos Deputados e nº 97-56 no Senado Federal, que transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências, tendo relatório, sob nº 16, de 1963, da Comissão Mista.

Parte vetada — alínea "p" do art. 1º verbis:

"p) — Organizar a proposta orçamentária para cada exercício seguinte a ser encaminhada ao Ministério da Viação e Obras Públicas até 31 de janeiro de cada ano, nos termos da legislação em vigor".

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD — SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
Primeiro-Secretário — Ruy Palmeira (UDN — AL).
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira (PTB — AM).
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
Primeiro Suplente — Joaquim Parente (UDN — PI).
Segundo Suplente — Guido Mondir (PSD — RS).
Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

1. José Guilomard — Acre.
2. Lobão da Silveira — Pará.
3. Eugênio Barros — Maranhão.
4. Sebastião Archer — Maranhão.
5. Victorino Freire — Maranhão.
6. Sigefredo Pacheco — Piauí.
7. Menezes Pimentel — Ceará.
8. Wilson Gonçalves — Ceará.
9. Walfrido Gurgel — R. G. Norte.
10. Ruy Carneiro — Paraíba.
11. Leite Neto — Sergipe.
12. Antônio Balbino (em exercício o suplente Eduardo Catalão, do PTB — Bahia).
13. Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
14. Gilberto Marinho — Guanabara.
15. Moura Andrade — São Paulo.
16. Atílio Fontana — Santa Catarina.
17. Guido Mondir — R. G. Sul.
18. Benedito Valladas — Minas Gerais.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1963

Concede aposentadoria a Efraim Régio Barros, Auxiliar de Limpeza, PL-11, da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único — E' aposentado, com os vencimentos integrais do cargo e a gratificação adicional a que tiver direito, nos termos do art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 178, item III, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, e com o art. 341, item III, do Regulamento da Secretaria do Senado Federal (Resolução nº 6, de 1960), Efraim Régio Barros, Auxiliar de Limpeza, PL-11, da mesma Secretaria.

Senado Federal, em 25 de junho de 1963.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

19. Filint Muller — (em exercício o suplente Humberto Neder) — Mato Grosso.
20. José Feliciano — Goiás.
21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oséir Pessoa (em exercício o suplente Eduardo Assmar) — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Mourão Vieira — Amazonas.
5. Antônio Jucá — Ceará.
7. Dix-Huit Rosado — R. G. Norte.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio (em exercício o suplente Pinto Ferreira) — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro.

14. Nelson Maculan — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná.
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

17. Bezerra Neto — Mato Grosso.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.
14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lemos da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Catete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos (em exercício o suplente Linneu Gomes) — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite (em exercício o suplente Dylton Costa) — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTAO (PDC)

1. Arsod de Melo — Alagoas.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

SEM LEGENDA

RESUMO

Partido Social Democrático (P.S.D.)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.)	19
União Democrática Nacional (U.D.N.)	15
Partido Libertador (P.L.)	2
Partido Trabalhista Nacional (P.T.N.)	2
Partido Social Progressista (P.S.P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P.S.B.)	1
Partido Republicano (P.R.)	1
Partido Democrata Cristão (P.D.C.)	1
Comunidade Trabalhista Renovadora (M.T.R.)	1
Com Legenda	2
Total	66

BLOCOS PARTIDARIOS

1ª - Maioria (39 Membros):	
PSD	
PTB	
2ª - Minoria (17 Membros):	
UDN	
PL	
3ª - Pequenas Representações (9 Membros):	
PTN	
PSB	
MTR	
PDG	
Joséphat Marinho (Sem Legenda)	

LIDERANCAS

DOS BLOCOS PARTIDARIOS

MAIORIA

Líder	Bartolomeu Carvalho — (PTB — PE)
Vice-Líderes	Vicentino Freire — (PSD — MA) Vasconcelos Torres — (PTB — RJ) Jefferson de Aguiar — (PSD — ES) Lobão da Silveira — (PSD — PA)
MINORIA	

Líder	João Agripino — (UDN — PB)
Vice-Líderes	Daniel Krieger — (UDN — RS) Melo de Sá — (PL — RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES	
Líder	Lino de Matos — (PTN — SP)
Vice-Líder	Arraújo Viana — (PSB — GB)

DOS PARTIDOS

PSD	
Líder	Benedicto Valladares — (MG)
Vice-Líderes	Winston Gonçalves — (CE) Sigefredo Pacheco — (PI) Walfredo Gurgel — (RN)

PTB	
Líder	Artur Virgílio — (AM)
Vice-Líderes	Amauri Silva — (PR) Vivaldo Lima — (AM) Bezerra Neto — (MT)

UDN	
Líder	Daniel Krieger — (RS)
Vice-Líderes	Eurico Rezende — (ES) Padre Calazans — (SP) Adolfo Franco — (PR)

PL	
Líder	Melo de Sá — (RS)

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

FUNCIONARIOS

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 c, por exercício decorrido, cobrando-se mais Cr\$ 0,50.

Vice-Líder
Aloysio de Carvalho — (BA)

PTN
Líder
Lino de Matos — (SP)

Vice-Líder
Catete Pinheiro — (PA)

PSP
Líder
Miguel Couto — (GO)

Vice-Líder
Raul Giuberti — (ES)

PTB

Titulares

1. Nelson Maculan
2. Dix-Huit Rosado
3. Raul Giuberti

Suplentes

1. Lino de Matos
2. Aarão Steinbruch
3. Adalberto Sena

UDN

Titulares

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos — (UDN)
Vice-Presidente — Wilson Corrêa — (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Jefferson de Aguiar
2. Ruy Carneiro
3. Lobão da Silveira
4. Winston Gonçalves
5. Josaphat Marinho

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. Benedito Valladares
4. Aarão Steinbruch
5. Heribaldo Vieira

PTB

Titulares

1. Amauri Silva
2. Bezerra Neto
3. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Afonso Arino
 2. Daniel Krieger
 3. João Agripino
- Secretário: Ronaldo Ferreira Dias
Oficial Legislativo, PL-8.
Reuniões: Quarta-feira, às 16,00 horas.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos (PTN)
Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Menezes Pimentel
2. Pedro Ludovico
3. Lino de Matos

Suplentes

1. Filinto Müller
2. Eugênio Barros
3. Heribaldo Vieira

PTB

Titulares

1. Vasconcelos Torres
2. Oscar Passos

Suplentes

1. Dix-Huit Rosado
2. Aarão Steinbruch

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. Eurico Rezende

Suplentes

1. Lopes da Costa
 2. Zacarias de Assunção
- Reuniões: Quarta-feira, às 16 horas.
Secretária: Vera de Alvarenga Marra.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

Suplentes

1. Benedito Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

Titulares

1. Adalberto Sena
2. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Pessoa de Aguiar
2. Amauri Silva

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans
3. Melo de Sá

Suplentes

1. Adolfo Franco
 2. Milton Campos
 3. Arraújo da Melo
- Reuniões: Quarta-feira, às 15,00 horas.
Secretária: Vera de Alvarenga Marra.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

PTB — Argemiro de Figueiredo — Presidente
UDN — Daniel Krieger — Vice-Presidente

Suplentes

1. Artur Virgílio
2. Argemiro de Figueiredo
3. Silvestre Péricle

UDN

Titulares

1. Aloysio de Carvalho
2. Eurico Rezende
3. Milton Campos

Composição

PSD

Titulares

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira
3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

Suplentes

1. José Guilomard
2. Eugênio de Barros
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

PTB

Titulares

1. Bezerra Neto
2. Dix-Huit Rosado
3. Pessoa de Queiroz
4. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Nelson Maculan
2. Lino de Matos
3. Vasconcelos Torres
4. Amauri Silva
5. Aurélio Vianna

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. Irineu Bornhausen
3. Lopes da Costa

Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Eurico Rezende
4. João Agripino

FL

Titulares

1. Mem de Sá

Suplentes

1. Aloysio de Carvalho
- Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00 horas.
Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

(8 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima (PTB)
Vice-Presidente: Ruy Carneiro (PSD).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

- Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel.
José Guilomard.
Raul Giuberti.

Suplentes

- Leite Neto.
Lobão da Silveira.
Eugênio Barros.
Julio Leite.

PTB

Titulares

- Vivaldo Lima.
Amaury Silva
Heribaldo Vieira.

Suplentes

- Aurélio Vianna.
Pessoa de Queiroz.
Vasconcelos Torres.

UDN

Titulares

- Eurico de Rezende.
Antônio Carlos.

Suplentes

- Lopes da Costa.
Zacarias de Assunção.
Reuniões: Quartas-feiras, às 18,00 horas.
Secretário: Oid Brugger.

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Wilson Gonçalves
2. Ruy Carneiro

Suplentes

1. Sigefredo Pacheco
2. Leite Neto

PTB

Titulares

1. Dix-Huit Rosado
2. Heribaldo Vieira
3. Aurélio Vianna

Suplentes

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnon de Melo
3. Julio Leite

UDN

Titulares

1. Dinarte Mariz
2. José Cândido

Suplentes

1. João Agripino
2. Lopes da Costa.

Reuniões: Quintas-feiras, às 18,00 horas.

Secretário: J. Ney Passos Danza

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado
Vice-Presidente — Padre Calazans

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Walfredo Gurgel
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

PTB

Titulares

1. Dix-Huit Rosado

Suplentes

1. Heribaldo Vieira

UDN

Titulares

1. Padre Calazans
2. Julio Leite

Suplentes

1. Josaphat Marinho.
2. João Agripino

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD)
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Benedito Valladares
2. Filinto Müller
3. Jefferson de Aguiar
4. Aarão Steinhilber

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Ruy Carneiro
3. José Guilomard
4. Victorino Freire

PTB

Titulares

1. Pessoa de Queiroz
2. Vivaldo Lima
3. Eduardo Catalão

Suplentes

1. Vasconcelos Torres
2. Oscar Passos
3. Argemiro de Figueiredo

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. José Cândido
3. Padre Calazans
4. Arnon de Melo

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino
4. Mem de Sá

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN)
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Pedro Ludovico
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Eugênio Barros
2. Walfredo Gurgel

PTB

Titulares

1. Dix-Huit Rosado.

Suplentes

1. Adalberto Silva

UDN

Titulares

1. Lopes da Costa

Suplentes

1. Dinarte Mariz

PSD

Titulares

1. Miguel Couto

Suplentes

1. Raul Giuberti.
- Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.
Secretário: Eduardo Rul Barbosa

(*) Reptinca-se por ter saldo com incorreção.

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias de Assunção — Presidente.

PTB — Silvestre Péricles — Vice-Presidente.

TITULARES

- PTB — Oscar Passos.
UDN — Irineu Bornhausen.
PSD — José Guilomard.
PSD — Victorino Freire.
PSP — Raul Giuberti.

SUPLENTES

- PTB — Dix-Huit Rosado.
PTB — Eduardo Catalão.
UDN — Adolfo Franco.
UDN — Eurico Rezende.
PSD — Ruy Carneiro.
PSD — Atilio Fontana.
PSP — Miguel Couto.

Reuniões: Quintas-feiras — às 18,00 horas.

Secretário: Geraldo Lima de Aguiar.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB).

Vice-Presidente — Leite Neto (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. Leite Neto
2. Sigefredo Pacheco

Suplentes

1. Victorino Freire
2. Benedito Valladares

PTB

Titulares

1. Silvestre Péricles
2. Nelson Maculan

Suplentes

1. Paulo Farias
2. Eduardo Catalão

UDN

Titulares

1. Antônio Carlos
2. Padre Calazans

Suplentes

1. Dinarte Mariz
2. Lopes da Costa

PL

Titulares

1. Aloysio de Carvalho

Suplentes

1. Mem de Sá
- Reuniões: Terças-feiras, às 18,00 horas.
Secretário: J. N. S. P. de Aguiar.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD)
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

COMPOSIÇÃO

PSD

Titulares

1. José Feliciano
2. Sebastião Archer

Suplentes

1. Jefferson de Aguiar
2. Filinto Müller

PTB

Titulares

- 1 Bezerra Neto
- 2 Lino de Mattos

Suplentes

- 1 Silvestre Péricles
- 2 Miguel Couto

UDN

Titular

- 1 Irineu Bornhausen

Suplente

- 1 Zacarias de Assunção.

Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.

Secretário: Alexandre Pfander — Oficial Legislativo, PL-8.

(*) Republicue-se por ter saído com incorreção.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal)

— organização administrativa do Distrito Federal;

— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;

— regime de rendas do Distrito Federal;

— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;

— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;

— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.

Eleita em 15.6.1961, com exceção dos Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30.2.1962;

Nelson Maculan — designado em 15.3.1962;

Lobão da Silva — designado em 23.4.1963;

Lopes da Costa — designado em 29.10.1962.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — Requerimento número 611-61, aprovado em 15-12-61;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — Relator — PSD
- 2 Lobão da Silva — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Benedito Valladares — PSD
- 5 Wilson Gonçalves — PSD
- 6 Nelson Maculan — PTB
- 7 Silvestre Péricles — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Barros — PTB
- 10 Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN
- 11 Lopes da Costa — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Ruy Palmeira — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal.

(Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço)

Eleito em 21.6.62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silva, Wilson Gonçalves e Amaury Silva, designados em 28 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 610-61, aprovado em 14.12.1961;

Até 15.12.1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Lobão da Silva — Relator — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Benedito Valladares — PSD
- 5 Wilson Gonçalves — PSD
- 6 Silvestre Péricles — Relator — PTB
- 7 Amaury Silva — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Lopes da Costa — UDN
- 12 Milton Campos — UDN
- 13 Ruy Palmeira — UDN
- 14 Heribaldo Vieira — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — Presidente — PL
- 16 Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao item III do art. 95 da Constituição Federal.

(Irredutibilidade dos vencimentos dos juizes)

Eleita em 27.6.1961, salvo os Senhores Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;

Lobão da Silva, designado em 23 de abril de 1963;

Bezerra Neto, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15.12.1962 — Requerimento número 609-61, aprovado em 14.12.1961;

Até 15.12.1963 — Requerimento número 779-62, aprovado em 12.12.1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Lobão da Silva — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Benedito Valladares — PSD
- 5 Wilson Gonçalves — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PTB
- 7 Bezerra Neto — PTB
- 8 Nogueira da Gama — PTB
- 9 Barros Carvalho — PTB
- 10 Daniel Krieger — UDN
- 11 Lopes da Costa — UDN
- 12 Milton Campos — Vice-Presidente — UDN
- 13 Heribaldo Vieira — UDN
- 14 Ruy Palmeira — UDN
- 15 Aloysio de Carvalho — PL
- 16 Mem de Sá — PL

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal.

(Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente aprovar o estabelecimento, rompimento e restabelecimento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleita em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 13 de abril de 1963.

Pinto Ferreira — designado em 1º de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Wilson Gonçalves — PSD.
- 3 Lobão da Silva — PSD.
- 4 Ruy Carneiro — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Silvestre Péricles — PSD.
- 7 Vivaldo Lima — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Pinto Ferreira — PTB.
- 10 Eurico Rezende — UDN.
- 11 Daniel Krieger — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961

Acrescenta item ao artigo 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que institui o sistema parlamentar de governo

(Sobre a exoneração, por proposta do Senado, do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleita em 6 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962.

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Menezes Pimentel — PSD.
- 2 Ruy Carneiro — PSD.
- 3 Lobão da Silva — PSD.
- 4 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 5 Guido Mondin — PSD.
- 6 Pinto Ferreira — PTB.
- 7 Bezerra Neto — PTB.
- 8 Amaury Silva — PTB.
- 9 Vivaldo Lima — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Lopes da Costa — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do art. 19, substitui o § 5º do art. 19 e o art. 22 da Constituição.

(Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleita em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 19 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovada em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD.
- 2 Menezes Pimentel — PSD.
- 3 Filinto Múler — PSD.
- 4 Guido Mondin — PSD.
- 5 Ruy Carneiro — PSD.
- 6 Amaury Silva — PTB.
- 7 Barros Carvalho — PTB.
- 8 Argemiro Figueiredo — PTB.
- 9 Bezerra Neto — PTB.
- 10 Daniel Krieger — UDN.
- 11 Eurico Rezende — UDN.
- 12 Milton Campos — UDN.
- 13 Heribaldo Vieira — UDN.
- 14 Ruy Palmeira — UDN.
- 15 Aloysio de Carvalho — PL.
- 16 Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (Aplicação da parcela proveniente das cotas de impostos destinados aos Municípios).

Eleita em 23-3-1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30 de março de 1962.

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962.

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963.

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Josaphat Marinho — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogação:

Até 15-12-1963 — Requerimento nº 783-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

- 1 Jefferson de Aguiar — PSD
- 2 Wilson Gonçalves — PSD
- 3 Ruy Carneiro — PSD
- 4 Lobão da Silva — PSD
- 5 Guido Mondin — PSD
- 6 Silvestre Péricles — PTB
- 7 Nogueira da Gama — PTB
- 8 Barros Carvalho — PTB
- 9 Milton Campos — UDN
- 10 Heribaldo Vieira — UDN
- 11 Lopes da — UDN
- 12 João Agripino — UDN
- 13 Eurico Rezende — UDN
- 14 Aloysio de Carvalho — PL
- 15 Josaphat Marinho — PTN
- 16 Lino de Matos — PTN

ATAS DAS COMISSÕES**Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**

8ª REUNIÃO, EM 26 DE JUNHO DE 1963

As 16 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Feliciano, presentes os Srs. Senadores Irineu Bornhausen, Sebastião Archer e Bezerra Neto, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixa de comparecer, com motivo justificado, o Senhor Senador Miguel Couto.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente dá início aos trabalhos, concedendo a palavra ao Senhor Senador Bezerra Neto, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1963, que inclui no Plano Rodoviário Nacional, Programa de Primeira Urgência, a construção da ponte rodoviária entre as Cidades do Rio de Janeiro e Niterói, através da Bahia de Guanabara.

Em discussão, a Comissão aprova o parecer, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, da qual eu, Alexandre Faender, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão de Redação

ATA DA 16ª REUNIÃO REALIZADA AOS 26 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 1963

(Extraordinária)

As dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e seis do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Senador Dix-Huit Rosado, Presidente, presentes os Srs. Senadores Walfredo Gurgel, Sebastião Archer e Josaphat Marinho.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Padre Calazans, Vice-Presidente.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Sr. Senador Walfredo Gurgel apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1963 (nº 18-A-63, na Casa de origem), que concede autorização ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, pelo prazo máximo de 8 (oito) dias, a fim de assistir às solenidades da coroação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, no Vaticano.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO REALIZADA AOS 27 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 1963

(Extraordinária)

As quatorze horas do dia vinte e sete do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, presentes os Srs. Senadores Sebastião Archer, Walfredo Gurgel e Josaphat Marinho.

Ausentes, por motivo justificado, os Srs. Senadores Dix-Huit Rosado, Presidente e Padre Calazans, Vice-Presidente, assume os trabalhos o Senhor Senador Sebastião Archer, nos termos do § 3º, do art. 81, do Regimento Interno.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Sr. Senador Walfredo Gurgel apresenta a redação, para discussão suplementar, do Substitutivo aprovado em Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1963, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO REALIZADA AOS 27 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 1963

(Extraordinária)

Aos quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Sr. Senador Dix-Huit Rosado, presentes os Srs. Senadores Sebastião Archer e Walfredo Gurgel. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Padre Calazans e Josaphat Marinho.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Sr. Senador Sebastião Archer apresenta a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1963 (nº 3.724-C-61, na Casa de origem), que prorroga, até 31 de dezembro de 1963, a vigência da Lei nº 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, Secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Serviço Público Civil

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1963

As vinte e duas horas e dez minutos do dia vinte e sete de junho do ano de mil novecentos e sessenta e três, na Sala das Comissões, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil, sob a Presidência do Sr. Senador Silvestre Pérciles, presentes os Srs. Senadores Aloysio de Carvalho, Antônio Carlos, Leite Neto, Dinarte Mariz e Pinto Ferreira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Nelson Maculan e Padre Calazans.

Por proposta do Sr. Presidente, apoiada pela Comissão, é dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, que, posta em discussão, é aprovada.

O Sr. Presidente nuncia a pauta, qual seja a emenda Substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1963, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, e dá outras providências que volta a apreciação desta Comissão em virtude de terem sido apresentadas emendas em Plenário.

O Sr. Presidente concede, em seguida, a palavra ao Sr. Senador Sigefredo Pacheco, a fim de emitir, como relator, parecer sobre a matéria em discussão.

O Sr. Senador Sigefredo Pacheco conclui pelo pronunciamento favorável quanto às emendas de números: 1 — 3 — 4 — 9 — 11 — 21 — 31 — 41 — 43 — com subemenda. 50 — 57 — 59 — 63 — 64 — 70 — 85 — 91 — 103 — 108 — 110 — 114 — 117 — 123 — 125 — 127 — 129 — 131 — 134 — 135 — 136 — 137 e 140; e con-

trário às de números: 2 — 5 — 6 — 7 — 8 — 10 — 12 — 19 — 23 — 23-A — 26 — 27 — 31-A — 33 — 34 — 39 — 40 — 42 — 44 — 45 — 46 — 47 — 48 — 49 — 51 — 52 — 53 — 54 — 56 — 58 — 60 — 61 — 62 — 65 — 66 — 67 — 68 — 69 — 71 — 72 — 73 — 74 — 76 — 78 — 79 — 80 — 81 — 82 — 83 — 84 — 86 — 87 — 89 — 90 — 92 — 93 — 94 — 95 — 96 — 100 — 101 — 102 — 104 — 105 — 106 — 107 — 109 — 113 — 124 — 126 — 130 — 132 — 133 — 138 — 139 e 141.

Em discussão, é o parecer do Senhor Relator aprovado, tendo votado com restrições o Sr. Senador Leite Neto e, vencidos, em parte, os Senhores Senadores Pinto Fareira e Aloysio de Carvalho.

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 80ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 1º DE JULHO DE 1963.

PRESIDENCIA DOS SRS. NOGUEIRA DA GAMA, ADALBERTO SENA, e GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Vivaldo Lima
Catete Pinheiro
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Ruy Carneiro
Ermirio Moraes
Josaphat Marinho
Eurico Fozende
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
José Feliciano
Lopes da Costa
Bezerra Neto
Guido Mondin
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente a ser lido. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, leio nos jornais que o Sr. Presidente da República, ao reunir, pela primeira vez, seus novos Ministros, fez uma exposição a respeito das diretrizes do Governo para o período que ora se inicia. E os jornais todos publicaram, com destaque, as passagens que vou ler. Por eles se vê que o Presidente da República afirmou *ipsis verbis*:

“já alcançamos o controle da crise inflacionária e agora, marcharemos para a realização das reformas de base.”

O Governo não é mais surpreendido por qualquer imprevisto que diga respeito aos problemas econômicos e financeiros do País. Saimos de uma hiperinflação e, hoje, já podemos dizer tranquilamente à Nação que chegamos a uma fase de pré-estabilização da moeda.”

Considere, Sr. Presidente e Srs. Senadores, perigosa neste momento a disposição de espírito denunciada nas palavras de S. Exa. e extremamente perigosa, porque a disposição de espírito tem influência decisiva sobre a condução de uma política financeira.

Pelo que parece, o Sr. Presidente da República entende que a hiperinflação está dominada, e que já estamos tranquilamente num período de pré-estabilização. E se S. Exa. assim julga, logo se há de depreender que a tendência natural do Governo será para afrouxar as medidas de contenção, adotando-se não facilidades, pelo menos diminuição da severidade de que a situação do Brasil continua reclamando. Parece mesmo que o Presidente da República não atentou para o fato de que, em escassos cinco meses de política financeira razoável, não era possível esperar resultados tão promissores e tão rápidos.

Então, a pergunta a fazer é esta: entende o Sr. Presidente da República que a batalha foi vencida e que agora é possível a marcha para uma fase de realizações monumentais que consagrem e imortalizem seu nome tal como ocorreu com o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira?

A segunda pergunta: estará o Sr. Carvalho Pinto, cuja reputação de Financeiro ninguém discute, disposto a embarcar na canoa de euforia e de facilidades, rompendo e comprometendo um passado laborioso construído?

Não há dúvida que, nestes cinco meses, graças exclusivamente a tenacidade e a dedicação do Sr. Ministro San Thiago Dantas, alguns aspectos positivos podem ser assinalados.

Há uma prevenção favorável a respeito das arrecadações tributárias no corrente ano. Houve ou continua havendo certa disciplina de crédito e as negociações que o ex-Ministro realizou em Washington, se não deram resultados espetaculares, pelo menos aliviaram, de muito, as aperturas atroz da situação cambial brasileira.

Mas, se há estas luzes no quadro brasileiro, sombras esparsas ainda lhe dão a característica, do trágico e crítico problema das emissões. Estas continuam em ritmo acima das expectativas oficiais. No primeiro semestre, já se sabe que elas foram a mais de Cr\$ 40.000.000.000,00.

Ao assumir o comando das finanças, o Ministro San Thiago Dantas, em seu Plano, previa, para o ano, um total de Cr\$ 110.000.000,00. Já foram lançados Cr\$ 40.000.000,00. Agora, dos Cr\$ 110.000.000,00 já se passa para uma expectativa de Cr\$ 150.000.000.000,00.

Vemos, então, que a frouxidão começa a dominar os quadros governamentais.

De outra parte, a situação cambial brasileira continua crítica. Dizendo crítica, uso a palavra mais suave que poderia encontrar. Mais que crítica ela pode tornar-se desesperadora. É certo que o Fundo Monetário Internacional concedeu uma parte dos empréstimos solicitados. Não menos certo, porém, é que as negociações de crédito *stand-by* do F.M.I. com o Fundo Monetário Internacional continuam aguardando desfecho. Também é conhecido e sabido que, depois destas negociações com o Fundo Monetário Internacional, terá o Brasil de enfrentar as não menos perigosas com os seus credores europeus, tradicionalmente menos benévolo, que os americanos.

Nestes últimos dias do mês de junho pagamos 32 milhões de dólares e Deus sabe como foi possível obter tão vultoso recurso.

Em suma, as perspectivas cambiais são tão graves como eram e não permitem, por ora, nenhum otimismo, a não ser de um insensato.

Há outros aspectos igualmente graves a considerar. Só depois de posta em execução a Lei de Aumento de Vencimentos do Funcionalismo Civil e Militar, que estamos votando, se poderá ter segurança do montante exato do aumento de despesas dela derivadas.

Inicialmente, quando se decidiu elevar o teto do aumento de 40 para 70% estimou-se o vulto da despesa em torno de 210 bilhões. A lei continua a sua tramitação e o Senado ainda não a ultimou. É inegável que desta elaboração só podem surgir aumentos. Não vi ainda nenhuma emenda da procura diminuir ônus, ao contrário, muitas delas, uma mais outras menos, só fazem agravá-los. Só depois de ultimada, sancionada e posta em execução terá o Governo e, sobretudo, o Brasil ciência certa do montante a que se elevarão estas despesas.

De outra parte, cabe interrogar a quanto montará a arrecadação do empréstimo compulsório, que o Ministro San Thiago Dantas habilmente concebeu e propôs.

S. Exa., ao ser indagado por mim a respeito, mostrou que não tinha certeza sobre o montante exato avaliando-o entre 50 e 60 bilhões de cruzeiros. Pode chegar a tanto e pode ser menos.

Mas, qual será o destino do empréstimo compulsório perante o Supremo Tribunal Federal, quando as partes interessadas baterem às portas do Egrégio Tribunal? Prevalecerá o empréstimo ou virá abaixo em face da controversa questão da sua constitucionalidade?

Se o Supremo não lhe der guarida, enfrentará o Governo a alternativa a que se referiu o ex-Ministro San Thiago Dantas: ou terá de reduzir investimentos ou aumentar emissões ou, dosando-os, um com outro; não fazer tantos cortes de investimentos quantos seriam necessários nem emitir tanto quanto a situação reclamaria. De qualquer forma a situação financeira continua extremamente grave. E o Sr. Presidente da República, quando solta foguetes antecipados, declarando que já atingimos um período de pre-estabilização e que o Governo não terá mais surpresas, sendo-lhe possível enfrentar uma obra governamental, denuncia um estado de espírito que eu considero crítico.

O Sr. José Feliciano — Vossa Exa. tem razão, de vez que o aumento do custo de vida, nos cinco primeiros meses deste ano, foi de 41,9, quase que idêntico ao aumento verificado no Estado da Guanabara durante os doze meses do ano passado. Longe estamos, pois, de alcançar a normalidade no processo econômico brasileiro.

O SR. MARI DE SA — Agradeço a V. Exa.

Reservava essas dúvidas como fecho de uma das minhas considerações.

Como pode o Governo que vê, em cinco meses, elevar-se o custo de vida em 41,9%, taxa superior a 8% ao mês, dizer que já alcançamos a pre-estabilização que a fase pior já foi ultrapassada?

Quando o aumento do custo de vida, no Brasil, o ano passado, foi de 44%, o mais alto então registrado, chegando a mais de 5% ao mês. Este ano, a continuar no ritmo em que vamos, chegaremos a 70 ou 80%.

O Sr. Ministro San Thiago Dantas, quando lançou o seu Plano, afirmou que se não houvesse uma energia férrea, uma disposição heróica para todos os sacrifícios, poderíamos atingir a uma taxa inflacionária de 100%.

Srs. Senadores não estamos muito longe deste prognóstico tão dramático. Em face dessa realidade brutal, dessa gravidade sem par, vemos o Sr. Presidente da República cantar

Hosana como se já estivesse dominando o corcel da inflação, quando, realmente, está sendo por ela arrasado.

Há mais — e é o ponto a que deixo me referir — o Governo federal propôs, como meio de enfrentar as dificuldades e prover as despesas com o aumento do funcionalismo o empréstimo compulsório, que atinge severamente os rendimentos decorrentes do trabalho. É um cruel sacrifício que o Governo pede para os que trabalham; é um brutal ônus que o Governo exige dos menos poderosos e dos mais necessitados.

Sabe o Senado da República que eu, homem da Oposição, aqui tenho defendido esse empréstimo, com tanto ou maior ênfase que os próprios elementos da situação. E o tenho feito, dizendo que se não arrostarmos o sacrifício do empréstimo, teremos de arrostar o não menor e não menos iníquo sacrifício das emendas e entre o imposto, o empréstimo, o tributo declarado e ostensivo e o tributo oculto, artificioso, sub-reptício da inflação eu prefiro o primeiro. Mas se o Governo não tem pejo nem trabalhar esse duro sacrifício, que trabalham esse duro sacrifício, que não nos venha dizer que tem dominado a situação e que já pode se lançar a obras e programas de Governo.

O que se exige do Governo em face do sacrifício que pediu e impôs aos que trabalham, é que tenha a mesma energia e a mesma coragem para fazer o punho de ferro do Fisco cair sobre os poderosos, sobre os ricos, sobre os que muito ganham e muito ocultam. É indispensável, por ser mandamento da mais comunal justiça social e tributária que os ricos sejam mais onerados que os pobres.

O elenco tributário de que dispomos no papel e nas leis não se pode dizer que seja exíguo. O que falta é pô-lo em execução e esta é a tarefa do Governo. Diversos eminentes Senadores se manifestaram contra o empréstimo compulsório dizendo que o Governo poderia obter receita maior se arrecadasse devidamente os tributos. É certo, em parte. É certo, é inegável que uma arrecadação eficiente libertaria o Brasil das suas aperturas financeiras. Não menos certo porém, é que a tarefa de tornar eficiente uma máquina enferrujada e obsoleta como a que nós temos, não se realiza em seis meses. Mas, o que é indispensável, é que o Governo comece a tarefa. Se o Governo pede o sacrifício dos que trabalham, compareça a sua disposição de atingir, também, os poderosos, tornando viva a administração fazendária. Esta, como sabemos, está caindo aos pedaços. Chegou a uma situação de verdadeira ignomínia para a administração brasileira.

O Senador Barros Carvalho, há alguns meses, fez um impressionante discurso neste plenário, mostrando com dados e fatos indiscutíveis a situação miserável em que se encontrava o aparelhamento fazendário. Depois disto ouvimos do Sr. Miguel Calmon, então Ministro da Fazenda, revelações não menos páldas. Por aqui esteve depondo, na Comissão do Serviço Público Civil, o Sr. Werner Grau, Diretor-Geral da Fazenda Nacional, que reiterou as mesmas afirmações.

Há dezenas e dezenas de Coletorias Federais fechadas, pelo Brasil. Há dezenas e dezenas de Coletorias que não têm como pagar os aluguéis das casas que ocupam. Há centenas de outras que não têm papel para o seu expediente. As próprias autoridades confessam que, muitas vezes, fazem coleta interna para poder adquirir material indispensável para o exercício

da sua missão. E, o que é pior, a fraude e a sonegação camuflam pelo Brasil de uma maneira airtonosa para os olhos, de uma forma que justifica todas as revoltas e todos os desesperos.

Há poucos dias, ouvi da boca do Coronel Canôlli e do General Baraiva informações a respeito das investigações feitas pela Polícia de Repressão aos Abusos Fiscais, informações verdadeiramente inacreditáveis, inconcebíveis. Afirmavam-me as suas autoridades que, praticamente, em nenhuma firma se deixava de encontrar motivos para autuação. Que, praticamente, se podia afirmar que cerca de 70% da receita pública não são arrecadados.

Então, o que é imperioso é que um Governo que pretende realizar obra efetiva, um Governo que se diz trabalhista e que, portanto, se preocupa com a situação e os interesses dos trabalhadores, esse governo comece por arrecadar os tributos dos que podem pagar e o não fazem por sonegação, fraude e crime.

É preciso que o Governo que tanto fala em reformas, e sobretudo na reforma agrária, porque essas lhe trazem a popularidade dos aplausos fáceis, comece a pensar e a pôr em execução a primeira de todas as reformas, para as necessidades imediatas do Brasil que é a reforma da máquina fiscal, a reforma do aparelhamento arrecadador.

É preciso prover os cargos, e é preciso dar material eficiente e mover no ao Fisco; é preciso instaurar e implantar uma nova mentalidade banindo dos quadros atuais os funcionários corruptos que se ocupam com os sonegadores contra a fazenda e contra o povo.

Não pode por isso o Sr. Presidente da República apresentar-se à Nação como havendo já, em cinco meses, conquistado o triunfo na luta contra a inflação. Eu lhe declaro em face que e mentira o que ele afirma, que é falsa a euforia que ele apresenta, que é uma mistificação pretender dizer ao povo que o Governo superou as dificuldades e eu lhe afirmo que S. Exa. só merecerá respeito se tiver a coragem de arrancar aos ricos e poderosos o tributo que as leis exigem, para ter autoridade de pedir aos pobres o tributo que a crise reclama.

É preciso, em suma, dar produtividade à máquina administrativa e ao Brasil. Não se combate a inflação apenas com medidas monetárias. Nós sabemos e reconhecemos este truismo. No momento atual é, entretanto, a situação monetária a que mais perigos apresenta. Para que não se precipite a resolver as crises brasileiras com a pronúncia das fórmulas monetárias, é preciso que o Governo enfrente, com seriedade, os problemas profundos, não apenas os dos estruturas, mas também — e sobretudo — o da produtividade, a começar pela produtividade do seu aparelhamento.

Sr. Presidente, feito este protesto que me despertou a fala do Sr. Presidente, fruto da revolta de um homem que age com a sinceridade com que procedi ainda sexta-feira à noite neste Plenário, defendendo o empréstimo compulsório, depois de feito este protesto, brado de uma revolta legítima, passo a um outro assunto menos importante do ponto-de-vista nacional, mas igualmente grave porque se refere a uma séria irregularidade administrativa.

Refiro-me a um contrato de fornecimento de uma usina termoeletrica, que a Comissão do Plano de Carvão Nacional celebrou com uma firma polonesa denominada CEKOP.

A respeito desse contrato de compra de tal usina termoeletrica, dirigi pedido de informações ao Governo e, hoje, em face da resposta que dele recebi, venho fazer o histórico dessa transação bastarda — e "bastardia" é uma palavra benigna que o povo

chegar a algumas conclusões e a um novo pedido de informações.

Eis o histórico: Em fins do ano de 1961, o representante do Rio Grande do Sul na Comissão do Plano de Carvão Nacional deu ciência de que a Alemanha Oriental — notem bem, a Alemanha Oriental e não a Polónia — estava em condições de fazer o fornecimento de uma usina termoeletrica para o Rio Grande do Sul, a ser paga com o café, mercadoria que a Alemanha Oriental até então não comprava ao Brasil.

A Comissão do Plano de Carvão Nacional, depois de longos debates e com dois votos vencidos, decidiu admitir o estudo do assunto, ficando expresso em ata que, realizado o mesmo, suas conclusões viriam ao conhecimento da Comissão para decisão final. Entretanto, esquecendo-se desta decisão, a Diretoria da Comissão do Plano de Carvão Nacional fez um contrato ou um convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na época, em 1961 convênio em que não mais se falava de estudo e sim de construção de uma usina termoeletrica de 200.000 Kw, em São Jerônimo. Esse convênio ou contrato foi, como tinha de ir, ao Tribunal de Contas e este, por unanimidade, negou registro e o recusou, pelo simples fato de que o contrato nem ao menos aludia ao montante da transação. A Diretoria da Comissão do Plano de Carvão Nacional não deu ciência da decisão do Tribunal de Contas sobre a recusa do registro e do convênio e, além de não dar ciência, — no dia 1º de dezembro de 1962, no Palácio do Itamaraty, o Presidente da Comissão do Plano de Carvão Nacional assinou contrato com o representante da CEKOP, que é uma firma polonesa, para a compra e instalação da usina. De modo que, inicialmente, se falava em transação com a Alemanha Oriental e, no fim, supressivamente o contrato foi firmado com uma empresa polonesa.

O Presidente, porém, depois de haver assinado o contrato, levou o assunto ao Conselho do Plano de Carvão Nacional. Este, examinando-o, por unanimidade dos votos presentes, não só negou aprovação ao contrato como expressamente censurou a Diretoria pelo ato cometido. E censurou mostrando que não haviam sido satisfeitas as exigências indispensáveis para a lavratura de um tal documento.

Assim, por exemplo, nem ao menos se havia solicitado ao parecer do Conselho de Águas e Energia Elétrica, o órgão que deve ser ouvido sobre construção de todas as usinas, como também não mais tinha sido ouvido o próprio Conselho da Comissão do Plano de Carvão Nacional, como fora determinado se fizesse, e, mais ainda, não haviam estudos sobre a matéria; faltavam — foi dito em pleno sala da Comissão do Plano de Carvão Nacional — os estudos preliminares para um projeto de usina.

Não havia plano de lavras para atender as exigências da usina, não havia a pesquisa geológica da Região para o fim de situar ou localizar a usina; não havia entendimento prévio necessário para a constituição de uma Sociedade de Economia Mista, sob controle do Governo Federal, como a Lei do Plano do Carvão Nacional proclamava. Não haviam ainda sido verificados os dados necessários ao projeto da usina, especialmente os que se referem ao carvão a ser empregado. Pois, como disse, apesar de não haver nada feito, o contrato foi assinado.

Sobre ele, dirigi pedido de informações ao Governo. E essas informações agora as tenho.

Honra seja feita ao Conselho do Plano de Carvão Nacional, que foi liso e claro nas respostas, confirmando, integralmente, tudo o que se denunciava.

Assim, a primeira questão é respondida pela seguinte forma:

"Sim. As duas entidades, C. P. D. A. N. e CEKOP, que representam, respectivamente, o Governo Brasileiro e Polonês, assinaram um contrato formal, no Palácio Itamaraty, Rio, em 19-XII-62, para fornecimento de equipamentos vindos da Polónia, com financiamento e respectiva montagem, incluindo elaboração de projetos, documentação técnica e executiva, prestação de assistência e coordenação técnica e outras serviços correlatos, necessários à implantação de uma Usina Termoeletrica de 203 MW, na região carbonífera de São Jerônimo Rio Grande do Sul, Brasil".

Segundo, quanto ao preço:

"Pela cláusula 3ª, § 1º, a CFCAN deve pagar à CEKOP a importância de US\$ 20.235.220,00, pelo fornecimento de máquinas, equipamentos, supervisão e assistência técnica, a cargo da firma polonesa.

Pela cláusula 4ª, § 7º, número 1, a CFCAN pagará diretamente à Firma Nacional, pelos serviços de engenharia, inclusive de assistência, técnico-administrativos, estágios, treinamentos, programação e organização da construção, bem como coordenação, supervisão e contratação de serviços, empreitadas, inspeção do processo de fabricação de equipamentos e materiais nacionais, até o total de Cr\$ 278.490.000,00".

Ainda pela cláusula 4ª, § 7º, nº 2, a CFCAN pagará, pela execução das montagens e instalações das máquinas, equipamentos da Usina e pelos serviços de coordenação e supervisão de todo o empreendimento, até o total de Cr\$ 1.989.000.000,00".

Admitindo a conversão ...
US\$ 1,00 = Cr\$ 50,00, o compromisso contratual em dólares, atinge a US\$ 30.750.021,00. Daí o índice US\$

= 153,3.

KW

Quanto aos prazos:
Vejamos, pela cláusula 3ª, § 1º (condições de pagamento), que o montante de US\$ 20.235.220,00 será pago em 3 parcelas: a 1ª correspondente a 10%, imediatamente, após cumpridas as formalidades legais (certificações e licenças de importação); a 2ª também de 10%, 6 meses após a efetivação da 1ª parcela; a 3ª, correspondente aos 80% restantes, em 10 prestações semestrais iguais, vencendo-se a última no último dia do 2º ano e a última no último dia do 3º ano. Isto equivale a um financiamento de 60% em 7 anos e, pelo que reza o § 13 da mesma cláusula, com juro de 9% ao ano.

Quanto ao pagamento em cruzeiros:
Pela cláusula 3ª, § 3º, nº 1, o total de Cr\$ 20.235.220,00 será pago de Cr\$ 10.117.610,00 até 90 dias após a assinatura do contrato; 10% em 21 parcelas mensais iguais, vencendo-se a 1ª, 120 dias após a assinatura do contrato e decalando, de cada fatura, a importância de 10% do seu valor.

Pela mesma cláusula, § 3º, nº 1, o total de Cr\$ 1.989.000.000,00 será pago: 10% no início da construção do conjunto de obras da firma nacional; 100% de acordo com as verificações mensais, e proporcionalmente aos serviços executados, conforme o cronograma das montagens e instalações, deduzidas de cada fatura, a importância de 10% do seu valor".

A uma outra pergunta a Comissão responde:

"Não houve concorrência pública para a realização do empreendimento. A licitação do contrato decorreu da proposta que a CEKOP apresentou em 21-4-62. A proposta foi elaborada em conformidade com os termos do processo firmado entre os Governos Brasileiro e Polonês, em 25 de maio de 1962".

Por último, eu indagava à Comissão de Planejamento do Congresso Nacional e aos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia qual havia sido a proposta apresentada por esta mesma CEKOP, para a construção de uma usina termoeletrica, em Santa Cruz, na Guanabara. No mesmo ano de 1962 — notam V. Exas. — a mesma empresa que, segundo os informantes, agora lucra, pediu US\$ 152,30 por Kw. de potência instalada para uma usina termoeletrica em São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, participando de uma concorrência aberta pela CELVAP, para a construção de uma termoeletrica em Santa Cruz.

Nesta concorrência, a mesma CEKOP, no mesmo ano de 1962, fez oferta de uma usina termoeletrica de 140 mil KW, ao preço de US\$ 19,10 por Kw. de potência instalada.

Há mais, porém: fora das informações oficiais do Ministério da Indústria e Comércio, mas com informações igualmente oficiais, posso afirmar à Casa que na concorrência para a usina termoeletrica de Santa Cruz, a CEKOP foi colocada em 6º lugar, entre os seus concorrentes. Emora apresentando aparentemente o preço de US\$ 19,10 por Kw de potência instalada, a comissão de engenheiros que estudou a concorrência e deu parecer, entendeu que, em face dos dados técnicos e das condições de financiamento, esta era a pior das seis propostas.

Então, Sr. Presidente, o que nós vemos é que no mesmo ano a CEKOP polonesa se apresenta na Guanabara propondo o KW instalado a cerca de 30 dólares e, no Rio Grande do Sul, sem concorrência pública, oferece a 163 dólares, ou seja, quase o dobro.

O técnico a quem recorri, e que me forneceu os dados necessários, declarou que o cotejo é perfeito, legítimo, e a situação é exatamente esta: na Guanabara, o preço da parte da usina foi US\$ 62,40 e foi colocado em sexto e último lugar na concorrência; no Rio Grande, sem concorrência pública, o preço da mesma parte da usina foi de US\$ 131,30.

Parece, porém, que o negócio — se isso mesmo o nome de negócio — se apresenta tão mal feito que, apesar de tudo, não pode ser comprado. E, então, no dia 21 de maio último, encontramos no "Diário Oficial", da União um Decreto criando um Grupo de Trabalho, para estudar o assunto. Esse Decreto, de nº 52.010, de 20 de maio, declara:

"Considerando a necessidade de estabelecer as premissas que regulem o entendimento da ELEKTROBRAS com a Comissão do Plano do Congresso Nacional para o cumprimento dos compromissos contratuais do contrato entre esta Comissão e a empresa polonesa CEKOP e construção de uma usina termoeletrica de 203MW no Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando os termos da Resolução nº 46-53 de 15 de março último, do Conselho de Administração da ELEKTROBRAS;

"Considerando, finalmente, a urgência de medidas destinadas a concretizar o acordo assinado entre o Governo Brasileiro e o Polonês para a instalação da referida usina, resolve:

Art. 1º Constituir um Grupo de Trabalho para, no prazo de 15

dias, a contar da data da publicação deste Decreto, apresentar relatório proposto às providências necessárias a:

— definir, com a maior precisão possível, os limites de ação da Comissão do Plano do Congresso Nacional e do ELEKTROBRAS, na execução do empreendimento;" ...

Nota a bem da verdade:

"... regularizar o ato de assinatura do contrato de 1º de dezembro de 1962;

— tornar dito contrato efetivo, pelo cumprimento das formalidades e compromissos nele estabelecidos como condição de sua entrada em vigor.

Art. 3º O Grupo de Trabalho ora constituído fica autorizado a convidar um representante da CEKOP para prestar informações técnicas sobre o equipamento da usina termoeletrica ..."

Do modo que, como se vê, depois de realizar isto que se chama "negócio", nas condições ditas, em 19 de dezembro, seis meses depois, a 21 de maio, o Governo constituiu um Grupo de Trabalho para estudar o assunto e propor as medidas necessárias para pôr em execução o contrato e, ainda, para chamar um representante da CEKOP a fim de que preste informações técnicas sobre a usina já contratada.

E' por esse motivo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que vou dirigir, por intermédio da Mesa, novo pedido de informações, solicitando que o Governo remeta a esta Casa a cópia integral do relatório dessa Comissão. Vamos ver se salvamos o Brasil de mais uma negociação — porque outro termo não merece uma transação como a que acabo de descrever — e que se pretenda vender, sem concorrência pública, uma usina por preço — e duas vezes maior do que o obtido, no mesmo ano, para outro Estado do Brasil.

O Sr. João Goulart diz que já tem a hiperinflação dominada. Espero que ele comece a dominar, também, a realidade administrativa. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Não foi revisado pelo crôner) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na sessão do dia 24 do mês recém-fimado, com base em notícia não confirmada, estampada nos jornais cariocas, tive oportunidade de denunciar à Casa o propósito do Governo Federal de estabelecer, sem mesmo tornar prática, uma importação a termo da energia elétrica no exterior, pelas Entidades e pelos Municípios.

Naquele ensejo não dei, por uma questão de cautela, a devida publicidade à denúncia que formulava, porque não tinha elementos, e porque nos quais poderia afetar as relações comerciais. Entretanto a dúvida que ainda persistia em meu espírito, foi imediatamente apaziguada pelo Sr. Presidente da República no sentido de transmitir os nomes dos Governos estaduais e municipais, oferecendo documento formal e laudatório aquelas notícias.

Desagradavelmente, porém, logo em seguida, com a velocidade de vinte e quatro horas, as declarações atribuídas ao novo Ministro da Justiça foram confirmadas integralmente. Deseja o Governo Federal criar um órgão, com a denominação de disciplinador dos processos creditícios nas relações entre as administrações regionais brasileiras e os Bancos e as agências financeiras internacionais. O "Correio

da Manhã" e, simultaneamente, todos os nossos jornais maiores, acabam de divulgar até a estrutura do órgão, e o Governo pretende criar e que já se encontra em adiantado estado de elaboração.

Proceda-se então a Comissão de Ajuda Externa com todos os meios para opinar a respeito da conveniência ou não da criação daquele empreendimento.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui está o texto que encontrei no "Correio da Manhã", edição de ontem:

(Lendo)

Com a finalidade de corrigir falhas da administração pública no que concerne ao controle das questões da ajuda externa a autoridade do Distrito Federal, tais como Estados e Municípios, além do propósito de criar mecanismos administrativos que incidam, através dos vórtices, sobre assuntos de importância, o presidente da República está disposto a criar, junto à própria Presidência, um novo órgão, mas que se encarregará de tudo quanto se relaciona com o problema.

O novo órgão denominar-se-á de Comissão de Ajuda Externa e terá como atribuição principal receber, para exame e fornecer parecer e quaisquer outras providências cabíveis na legislação vigente, as propostas de ajuste entre Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios ou entidades estrangeiras, visando a ajuda técnica. Quando se fizerem necessárias negociações realizadas no estrangeiro, participará dos entendimentos o membro da missão diplomática brasileira acreditada no país, conforme destino do ministro das Relações Exteriores.

A Comissão, que deverá monitorar a informação sobre o desenvolvimento dos projetos, enviará ao Senado Federal para instituir pedidos de autorização de empréstimos, relatório econômico-financeiro reconhecendo as medidas para conduzi-lo às negociações internacionais assumidas pela União e fixando as possibilidades de receita.

Competirá ainda à Comissão de Ajuda Externa, entre outras coisas, mais o seguinte a respeito da aplicação de fundos provenientes do acordo de empréstimo externo: quando for estipulado o aval da União ou da entidade estatal só poderão ser os mesmos movimentos através de conta corrente bancária aberta no Banco do Brasil ou estabelecimento bancário da entidade avalista.

A Comissão de Ajuda Externa será composta de um representante do Ministério da Fazenda, um representante do Ministério das Relações Exteriores, outro do Ministério da Justiça e um outro do Conselho de Segurança Nacional, e serem nomeados pelo presidente da República e eventualmente, de um representante da pessoa de direito público interno interessada na obtenção da ajuda.

Al. Sr. Presidente, as linhas gerais propostas pelo Governo na formulação do órgão que pretende instituir.

Inicialmente, não desejo, de modo algum, mesmo porque seria um erro imperdoável, negar à União Federal a competência para policiar e disciplinar a tomada de empréstimo estrangeiro.

Essa competência, Sr. Presidente, no campo da União já está definida privativamente ao Senado da República, o seu órgão Legislativo

alto, ao dispor a nossa Constituição, no art. 63:

"Também compete privativamente ao Senado Federal:

II — autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Atribuição, como se lê na Carta Magna exclusiva, privativa, egoística.

Certamente não pode o Senado nessa matéria, legislar sem o assessoramento do Poder Executivo...

O SR. PRESIDENTE:

Pego licença ao nobre orador para informar que estão inscritos para falar, nos termos do art. 163, 1º do Regimento Interno, dois Srs. Senadores um dos quais, o nobre Senador Vivaldo Lima que comunicou à Mesa necessitar de quinze minutos.

Assim, pediria a V. Exa. que, dentro de cinco minutos, suspendesse suas considerações, reservando-se para continuar-las depois da Ordem do Dia.

O SR. EURICCO REZENDE — Tentarei resumir, Sr. Presidente.

Dizia eu que o assessoramento, que fulgo necessário e indispensável, lá está previsto no Art. 343 do Regimento Interno do Senado, e seu texto é o seguinte:

"Deverá acompanhar o pedido de autorização parecer do órgão incumbido da execução da política financeira do Governo Federal".

Art. 343-A. É lícito a qualquer Senador representante do Estado interessado na operação de que trata o Art. 342 encaminhar à Mesa com ofício para anexação ao processo respectivo documento destinado a completar a instrução da matéria ou ao esclarecimento do seu estudo".

Diz-se-á, Sr. Presidente, não haver inconveniente algum em que a União crie, para esta finalidade, órgão específico. A ausência de importância nesta interpretação seria meramente aparente. Isto por que, se for realmente criado o órgão pretendido pela Presidência da República e se esse órgão negar-se a fornecer os documentos e os pareceres necessários ao Senado da República, a fim de que sejam apreciados os pedidos de autorização para efeito de tomada de empréstimos, nada lhe acontecerá, porque não existe sanção de espécie alguma. Ao passo que, como ocorre na forma do Regimento Interno do Senado, a obrigação de fornecer esses pareceres é do Sr. Ministro da Justiça. Este, inadiavelmente no caso, se não cumpre o dispositivo exarado no Regimento Interno do Senado, estará incurso na lei que define os crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado.

Mas, Sr. presidente, era meu propósito estender-me em outras considerações. A advertência de V. Exa., porém me obriga melancolicamente a ir pondo ponto final ao que vinha dizendo, no interesse da defesa de prerrogativa exclusiva do Senado e em prol dos interesses fundamentais das nossas economias regionais dos governos estaduais e municipais.

Mas Sr. Presidente, desejo advertir o Senado de que as hipóteses de sua competência privativa são apenas cinco. O Senado da República tem atribuição exclusiva, em apenas, quatro setores de vida institucional e da existência administrativa do País: a autorização para o aumento da cobrança do imposto de exportação; a aprovação da escolha de magistrados e outras autoridades; a autorização para empréstimos externos e a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou decreto julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sentença transitada em julgado.

Deseja, agora, a Presidência da República erradicar deste pequeno e tancanhado elenco de atribuições privativas uma essencial, talvez a única, que tira do Senado, um pouco, o poder da palavra, dando-lhe a oportunidade de servir ao interior do País.

Daí por que desejava saber da Presidência, se há de sua parte omissão ou indiferentismo ou se já está estudando a matéria para que esta Casa seja respeitada e que a Constituição Federal não seja modificada através de simples decreto do Chefe do Governo.

Sr. Presidente, tenho dito, aqui, que a programação financeira do Governo Federal retirou das nossas instituições de assistência social e de filantropia, nos Estados e dos Municípios, duzentos e sessenta bilhões de cruzeiros. E essa mesma programação transferiu, para exercícios futuros, gastos destinados aos municípios e aos Estados na importância de quatrocentos e cinquenta e sete bilhões de cruzeiros.

E aqui, neste mesmo Senado, numa madrugada que reputo amaldiçoada, tivemos de arrancar do Orçamento da União, outras dotações dirigidas às nossas economias regionais e aos nossos serviços e órgãos federais no interior do País, num montante de setenta bilhões de cruzeiros.

Essa situação dramática realizou, no espírito dos Governadores e de todos os Prefeitos, a certeza, a convicção irrecusável de que não poderão, durante muito tempo, contar com a cooperação orçamentária da União. Outra certeza, por via de consequência, como único recurso, seria a tomada de empréstimo de agências e Bancos estrangeiros, dentre os quais o Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico, que sem dúvida vem prestando relevantes serviços ao interior do Brasil, emprestando com juros à base de 1,75% e com prazo de carência de três anos.

Já é tempo, Sr. Presidente, de dardejarmos o nosso protesto, para que o Governo Federal cesse de uma vez por todas esta declaração de guerra econômica, essa delinquência organizada contra os Estados e Municípios, que acabará por liquidar definitivamente os últimos restos da Federação brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso). — Senhor Presidente, há pouco, creio no dia 28 do mês passado, o Presidente da República instruiu o Ministro da Justiça no sentido de que se comunicasse com os governos estaduais e municipais, ponderando que qualquer entendimento, direta ou indiretamente visando a ajuda externa, deveria processar-se por intermédio do Itamarati.

A recomendação está vasada nos seguintes termos:

"Governos estaduais e até mesmo alguns municipais têm se dirigido a Estados estrangeiros, para pleitear, dos seus governos ou agências que lhes são vinculadas, a obtenção de ajuda externa, sob forma de empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade.

O Governo Federal não deseja impedir que se concretizem essas aspirações, pois que o País, no esforço de construção do seu desenvolvimento, estimula os investimentos que se tornem possíveis, com recursos nossos ou recursos de fora, a se realizarem obedientes a um planejamento adequado.

Todos os entendimentos, entretanto, que no particular ocorram, deverão, necessariamente, ser dirigidos

por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, que é o órgão da política externa do Brasil.

Não convém aos interesses da soberania nacional que governantes estaduais ou municipais procurem Estados estrangeiros, nossos amigos, para solicitar-lhes amparo financeiro, que sei carecem, no propósito de executarem o programa administrativo de obras locais. Estou recomendando ao Ministro das Relações Exteriores que organize, imediatamente, em coordenação com o Ministério da Fazenda e a Casa Civil da Presidência, um serviço capaz e hábil de assistir aos Estados e Municípios nesses objetivos e incumbido de realizar os contratos com as embaixadas dos países que têm programa de ajuda externa.

Tenho o mais decidido empenho de ampliar a soma de recursos assim obtidos, fortalecendo a possibilidade de participarem os Estados-membros, quanto possível, da inarredável decisão nacional de acelerar o crescimento da nossa economia para a libertação dos nossos patriotas do atraso e da penúria em que se estiola o melhor das suas energias; não se perca de vista, no entanto, que, no sistema federal de nossa tradição republicana, são eles, a rigor, órgãos e instrumentos do Estado Federal, instituídos na Constituição, como governo próprio, para o fim essencial de servirem aos interesses nacionais.

Pego, pois, a V. Exa. se dirija aos governos estaduais e, por igual, aos municípios, comunicando-lhes as medidas que acabo de adotar, no dever de acautelar a soberania do País, de que é titular único o Estado Federal, e no zelo de assegurar a integridade nacional".

Dequize-se, de sua leitura, que o Governo Federal não deseja desestimular as unidades nas reivindicações de obter recursos, de que carecem substancialmente, para dinamizar o seu progresso, proporcionando melhores condições de vida para suas populações, mas, no seu entender — o que parece certo — tão somente o interesse de acautelar a soberania do País e assegurar a integridade nacional.

Não há dúvida de que as visitas de governantes estaduais ou os entendimentos de autoridades municipais, através de agências, podem trazer despersonalização ou omissão do Poder Central em referência aos assuntos de ordem interna, que digam respeito ao desenvolvimento de todos os quadrantes desta Nação.

Os dirigentes estrangeiros procurados, sobretudo o norte-americano, devem estranhar as peregrinações, que não têm objetivos turísticos ou de cortesia, pois que se revelam eles, no idioma mais acessível, indistiguadamente, de pronto, sobre os palpáveis propósitos de sua presença, postulando isoladamente ajuda para as regiões que administram.

Recentemente, apenas eleitos ou empossados, no novo ou no velho continente, foram vistas figuras eminentes de alguns Estados subindo degraus palacianos para entender-se, comodamente, a respeito das aflições e da pobreza, quanto a alguns, e das dificuldades que embarçam momentaneamente o caminho de riqueza e de bem-estar completo de sua gente, tocante a outros, fora as gestões amistosas, por vias idôneas, dos que não dispunham de recursos suficientes para os desejados encontros em terras distantes.

Na verdade, causava espécie o noticiário quanto aos objetivos das viagens dos ilustres governadores. Por um lado, bem entendido; de outro não bem compreendido.

De tanto clamar, sem eco, voltamos desesperados para outrem que se comova humanamente com as an-

gústias de terceiros, mesmo de língua diferente.

Se em casa há fartura, então, porque negar ao pedinte algo que lhe minore a carência, mesmo que não por ordem paterna?

Sabe-se, em todo o caso, que retornam eufóricos, com a pasta cheia de promessas.

Viagem compensada, dizem.

Se assim foi no passado, não poderia deixar de ser também no presente.

Quem ainda vive, assiste desolado que nem tudo correspondeu às esperanças de seu tempo de mocidade.

O norte e o nordeste, que o digam.

A estas alturas, apenas endividados e andrajosos. O centro e sul, de melhor aparência e roupagem, bastante aquinhoados, dentro das nossas possibilidades ou dos outros, reclamam, não obstante, contra a assistência insuficiente do Erário Público, constituindo, agora, discreta exceção o valioso e poderoso São Paulo. Os tempos mudam, os sistemas políticos alteram-se, os homens sucedem-se no Executivo, contudo, a Nação ainda está com o estigma do sub-desenvolvimento.

Os Estados, todavia, desenvolvem-se como podem, na esperança de que, mais tarde, — sempre na expectativa! — aliviado o Tesouro do País, presentemente assoberbado com o processo inflacionário, do qual, aliás, não tem culpa a sua maioria, a União dê-se conta, afinal, de sua existência, vendo-os sem discriminações quaisquer, sem preferências, jamais para uns com o coração aberto, cheio de atenções e rasgo de ternura, enquanto para os demais, os não ditos, apenas as queixas se digna de escutar com orelhas de mercador.

Daí o não estranhar ou, com sua omissão, tolerar que a prática se não interrompesse de cada qual cuidar de si, ao tempo que Deus olharia por todos!...

Assim, do norte ao sul, sempre se agiu ao sabor dos interesses e das conveniências ocasionais de governos locais, ou, mesmo, do nacional, pouco importando os destinos de um povo, que crescia e se abandonava à própria sorte, ignorante, enfermigo e paupérrimo.

De compromissos anteriores, ainda da chamada velha República, poucas unidades deles se livraram ou, se o conseguiram indiretamente, ficou-lhes a marca indelével do opróbrio por insolvência.

O Sr. Silvestre Pércles — Vossa Excelência dá licença para um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Pois não; ouço com muito prazer o aparte do ilustre representante de Alagoas.

O Sr. Silvestre Pércles — Nobre Senador, pelo que estou ouvindo de Vossa Excelência, trata-se do art. 63 da Constituição Federal, que diz:

"Também compete privativamente ao Senado Federal:

II — autorizar os empréstimos externos dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios".

Consequentemente, nem Estado, nem o Distrito Federal, nem Município poderá tomar empréstimo externo, sem autorização do Senado Federal.

Quando assumi o Governo do Estado de Alagoas, na chamada República Velha, encontrei empréstimos contraídos a franceses e ingleses; e tive que pagá-los. Estado pobre, ou empobrecido pelos que eu chamo ladrões públicos, não havia alternativa senão pagar os empréstimos por que aliás, temos que saldar qualquer empréstimo estrangeiro. De maneira que é preciso observar bem esse

ponto. Estou muito satisfeito com o discurso de V. Exa.

O SR. VIVALDO LIMA — Vossa Excelência acrescenta às minhas desastriadas palavras magnífica parcela que vem reforçar o sentido que elas procuram ter através da voz deste mandatário do Amazonas.

Apegam-se, diante disso, às siglas redentoras das Nações Unidas ou rumam os seus guileiros, espaço afora, em busca de dádivas outras de casas brancas ou de outras cores, visando, em desespero de causa, a resolver, de algum modo, situações que já se tornam inquietantes ou explosivas.

Justifica-se daí a presença do Ceará e do Piauí, entre outros, frente a Kennedy por sua própria conta e risco, na presunção de merced, esquecendo-se de que consoante o antigo provérbio "pretender o que não pode é remar contra a maré".

Assim foram e agiram face aos precedentes, nunca desautorizados, aliás, criando hábito que se torna uma segunda natureza.

Até agora, por isso mesmo, os entons de tal espécie se tornaram praxe.

Nenhum óbice, nenhuma dificuldade, nenhuma oposição, ao contrário, os regressos apoteóticos interpretam auspiciosos efeitos que se sentirão nos tempos adiante, assegurando-se aos incrédulos que "quem viver verá as voltas que o mundo dá".

Não obstante, já era tempo de lembrar-se de que a Nação existe, com uma Constituição e seus três Poderes.

Os Estados federados a ela se subordinam e respeitam; a eles acautam e prestigiam intocáveis no entanto, dentro das garantias consubstanciadas no texto da Lei Magna.

No sistema vigente, por isso mesmo "são eles, a rigor, órgãos e instrumentos do Estado Federal, instituídos na Constituição como governo próprio, para o fim essencial de servirem aos interesses nacionais".

Assim sendo, a União adverte aos governantes estaduais ou municipais de não mais procurarem as nações, amigas para solicitar-lhes ajuda financeira ou de outro gênero, sob pretexto qualquer por mais relevante que seja, salvo por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, lembrado como o órgão de política externa do Brasil.

Ainda a tempo, Sr. Presidente concertam-se providências capazes de acautelar a soberania do País e no zelo de assegurar a integridade nacional, segundo consta do período derradeiro do comunicado da Presidência da República.

Doravante na plena consciência de suas prerrogativas constitucionais, o Estado Federal assume, finalmente, as responsabilidades de encaminhar aos seus merecidos e excelsos destinos todo o laborioso e bravo povo desta vasta e opulenta Nação.

Já havia dado por concluída esta oração, Sr. Presidente, quando, ao folhear o brilhante vespertino "O Globo" de hoje, como conhecimento de que o Governador Celso Ramos de Santa Catarina, passara, sábado, o cargo ao Deputado Alves da Silveira a fim de fazer uma viagem de quatro semanas aos Estados Unidos a fim de negociar um financiamento da Aliança para o Progresso, afirmando que confiava no pleno êxito da sua missão ao país irmão para onde seguirá no dia 6 do mês entrante.

Ocorreu-me, então, a idéia de que o Ilustre Chefe do Estado sula ainda não tivera ciência da recomendação da Presidência da República,

mas se dela inteirado ontem no Rio, onde chegou, não reconsiderar o propósito, então, Sr. Presidente, entre nós infelizmente, se confirma que mesmo para bom entendedor, meia palavra não basta.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tendo em consideração que a sessão de hoje começou com um atraso de vinte minutos, a hora do Expediente deve ser prorrogada por igual período. Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro, que se acha inscrito. S. Ex.^a dispõe de dez minutos.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, agradeço a V. Ex.^a a atenção de me permitir vir à tribuna, para fazer registro, nesta oportunidade, do Centenário de Nascimento do eminente homem público do meu Estado, o Ministro Pedro Cunha Pedrosa.

A Casa da Paraíba, no Rio de Janeiro, comemora esta grande data para a minha Província, e estou certo de que o regozijo dos paraibanos se estende por todo o Estado.

Pedro da Cunha Pedrosa iniciou sua vida como Juiz Municipal de Souza e, depois, do Município do Pilar. Posteriormente, dedicou-se à advocacia, na Capital — aquela época, ainda denominada Paraíba; mas, a sua tendência, a sua inclinação era a política; daí o ter sido um político de altas virtudes cívicas. Foi deputado estadual, na Constituinte de 1891, e, aí exercia a Liderança da Maioria. Posteriormente, Sr. Presidente, o Ministro Pedro da Cunha Pedrosa foi nomeado Secretário-Geral na Província. Neste posto, trabalhou com afinco pelo desenvolvimento e pelo poder do Estado. Os paraibanos, em reconhecimento pelo tanto que fez, elegeram-no Senador.

No Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, o Senador Cunha Pedrosa era voz das mais acatadas e defendeu com brilho os interesses da Paraíba e do Brasil.

Mais tarde, Pedro da Cunha Pedrosa foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas, posto que exerceu até o fim da sua vida.

Sr. Presidente, não devemos deixar no esquecimento as grandes figuras das nossas Províncias. Essas comemorações são necessárias porque através delas fazemos reviver as grandes figuras de nossa Pátria.

O Sr. João Agripino — V. Ex.^a me dá licença para um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, nobre Senador João Agripino.

O Sr. João Agripino — V. Ex.^a diz muito bem, ao ensejo das comemorações do Centenário do Ministro Cunha Pedrosa, que os homens precisam ser lembrados e os seus feitos precisam ser revividos. Realmente — com respeito a Cunha Pedrosa, da Paraíba — lembrar o seu nome ou acentuar a sua atuação de homem público, é contar as novas gerações para um exemplo, para um padrão ideal de homem público, de exemplar dignidade, de capacidade de renúncia e de probidade pessoal à toda prova. Todos nós, paraibanos, que fazemos a vida política em nosso Estado, nos sentimos profundamente honrados, se algum dia pudermos ser citados e lembrados de Cunha Pedrosa, a verdade, V. Ex.^a está falando de toda a Paraíba, de sua história e da de meu partido, nesta comemoração da data de hoje.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente Líder da Minoria nesta Casa, representante do Estado da Paraíba, Senador João Agripino, que interpretou bem o sentido das minhas palavras: precisamos exaltar aqueles que no passado foram padrão de dignidade, de probidade,

para que sirvam de exemplo às gerações atuais.

Sr. Presidente, ontem, na Capela do Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro, foi celebrada missa em homenagem a Cunha Pedrosa.

O Sr. Sigefredo Pacheco — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Sigefredo Pacheco — Associei-me em nome do meu Partido, o Partido Social Democrático, às homenagens que V. Ex.^a presta, em nome da Paraíba, ao seu grande filho, o ilustre brasileiro Cunha Pedrosa.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre Senador Sigefredo Pacheco, meu correligionário e ilustre representante do Piauí, que incorporo ao meu discurso como homenagem a Cunha Pedrosa e à Paraíba.

Dizia eu, Sr. Presidente, que dentre as homenagens prestadas ontem a Cunha Pedrosa, no Rio de Janeiro, foi celebrada missa de ação de graças na Capela do Colégio Santo Inácio, à qual compareceram destacadas figuras de nosso País e da Paraíba, em particular, todos amigos e admiradores do Ministro Cunha Pedrosa.

A seguir, no Auditório do Colégio Santo Inácio, a Casa da Paraíba realizou uma solenidade fúnebre, como orador o ilustre paraibano, Dr. Alcides Carneiro. Toda a imprensa exaltou a figura do homenageado, ajudada que foi pelo Dr. Alcides Carneiro, orador oficial da Casa da Paraíba, que historiou a vida de Cunha Pedrosa: na realidade, como disse o nobre Senador João Agripino, um exemplo de probidade e honradez, um político de grande responsabilidade em sua época.

Sr. Presidente, o "Correio da Manhã", de ontem publica, também, a proposta de Cunha Pedrosa um artigo escrito por Aderson Maranhão, que usa o pseudônimo de "All Right". Referiu-se esse ilustre jornalista ao livro do Ministro Cunha Pedrosa, intitulado: "Minhas Próprias Memórias", e que vou juntar ao meu discurso, onde há passagens interessantes sobre a vida do eminente político paraibano.

"All Right", que conheci muito no Senado, pois esse ilustre jornalista é funcionário aposentado desta Casa, diz, no seu artigo: "Representante da Paraíba, falecido em 1947, quando Ministro aposentado do Tribunal de Contas; acaba de ser publicado pela Editora Agir o livro que ele deixou escrito — "Minhas Próprias Memórias", contendo coisas da sua longa vida pública e também da infância e da adolescência. De uma simplicidade admirável, o livro é o seu retrato exato, conforme o via todos os dias, no velho Senado da Rua do Areal. Era um epistolista integral, defendendo com denodo o seu coestadoano presidente da República, sempre que atacado pelos colegas da Câmara Alta". De uma feita, empenhou-se em diálogo acalorado com Rosa e Silva e, depois — diz o jornalista — ele ficou chocado por se ter empenhado em luta com aquele eminente representante de Pernambuco.

E o representante de Pernambuco, o grande e saudoso Rosa e Silva, entendendo aquilo entendendo que o seu colega Senador Cunha Pedrosa estava sentindo que o Senador, seu colega antigo, Cunha Pedrosa, estava contrafeito, procurou abraçá-lo e perguntou: Qual a razão daquele constrangimento? Ele diz: "Porque eu homem que tenho muito pela gratidão". S. Ex.^a diz aqui:

"É que foi o senhor, ministro da Justiça ainda na monarquia quem referendou o decreto do Imperador Pedro II, nomeando-me Juiz Municipal". Sr. Presidente eis aqui, registrada por Aderson Maranhão, mais uma qualidade admirável de Cunha Pedrosa: a gratidão.

Ele defendia o Presidente Epitácio Pessoa que era seu amigo, seu chefe político na Paraíba e fazia-o com coragem e lealdade.

Esta qualidade admirável, Sr. Presidente, faço questão de exaltar, neste momento; pois que é rara, hoje em dia.

Sr. Presidente, o Ministro Cunha Pedrosa deixou família numerosa e importante. É suficiente citar seus filhos. O escritor e jornalista Mário Pedrosa, por exemplo, que atua na Imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os engenheiros Xavier Pedrosa e Homero Pedrosa e o médico Clóvis Pedrosa, todos destacadas figuras da vida brasileira.

Ao encerrar estas palavras de homenagem ao grande paraibano que foi o Ministro Cunha Pedrosa, no ensejo do primeiro centenário do seu nascimento, ocorrido em Urubuzero, na terra de Epitácio Pessoa e de Assis Chateaubriand...

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Quero associar-me, em nome do P.S.D., à homenagem que vem prestando ao Ministro Cunha Pedrosa, chefe de tradicional família, com relevantes serviços prestados ao seu Estado, o glorioso Estado da Paraíba.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito obrigado ao Senador Lobão da Silveira, pela sua solidariedade, pelo seu aplauso às homenagens que estamos prestando à memória do ex-Senador Cunha Pedrosa, gesto que muito me honra e muito me comove.

Esta homenagem, portanto, sobre ser prestada à memória do grande paraibano, o é a própria Paraíba.

Assim, desejo transmitir não só à família do saudoso Cunha Pedrosa, mas, sobretudo, ao meu Estado o preito que lhe rendemos na data do primeiro centenário do seu nascimento. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mera comunicação que vão ser lidas pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidas as seguintes:

COMUNICAÇÃO

Em 1.º de junho de 1933

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo deixado o cargo de Ministro de Estado da Agricultura, nesta data assumo o exercício do meu mandato de Senador pelo Estado de Pernambuco.

Atenciosas saudações. — José Ermírio de Moraes

COMUNICAÇÃO

Em 1.º de julho de 1933

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em virtude de se haver ausentado do País o Senhor Senador Benedito Valladares, para o desempenho de missão oficial, assumi, em 27 de junho findo, de acordo com indicação de Sua Excelência, a Liderança do Partido Social Democrático. — Sigefredo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Mem de Sá enviou à Mesa requerimento de informações, que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 331, de 1963

Nos termos regimentais, requero a V. Exa. se digne solicitar do Excmo. Sr. Ministro das Minas e Energia as seguintes informações e providências:

1.º Se o Corpo de Trabalho constituído por força do decreto número 52.016 de 20 de maio último já apresentou o relatório de que foi incumbido a respeito do contrato firmado entre a Comissão do Plano do Carvão

Nacional e a empresa polonesa CEKOP nos termos do art. 1.º do referido decreto. Em caso positivo.

2.º Remessa ao Senado de uma cópia integral do mesmo relatório.

Sala das Sessões 1.ª de julho de 1963. — *Mem. de Sd.*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido será depois de publicado despatchado pela Presidência.

Vai ser lido outro requerimento.

E' não o seguinte:

Requerimento nº 392, de 1963

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requer a dispensa da publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 1963.

Sala das Sessões, em 1 de julho de 1963. — *Eurico Rezende*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento deixa de ser submetido a votação neste momento por falta de quorum. (Pausa).

Comparecem mais os Srs. Senadores:

Eduardo Assmar.
Joaquim Parente.
Sigefredo Pacheco.
Antonio Jucá.
Dinarte Mariz.
João Agripino.
Barros Carvalho.
Silvestre Péricles.
Heribaldo Vieira.
Dylton Costa.
Leite Neto.
José Elias.
Filinto Müller.
Adolpho Franco.
Mello Braga.

O SR. PRESIDENTE:

Escolida a matéria do Expediente, passa-se à Ordem do Dia.

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1963 (39-E-63), na Casa de origem), que fixa novos valores para os vencimentos dos Servidores do Poder Executivo e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 3-C, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 295-63, aprovado na sessão de 12 do mês em curso), tendo pareceres, sob ns. 260 — 261 — 262 e 263, de 1963, das Comissões:

— De Constituição e Justiça, favorável, com emendas que oferece, sob ns. 1 a 3 (CCJ);

— De Serviço Público Civil, favorável ao projeto e às emendas ns. 1 a 3 (CCJ) e oferecendo as de ns. 4 a 25 (CSP);

— De Segurança Nacional favorável ao projeto e às emendas ns. 1 a 35 e oferecendo as de ns. 23 a 37 (OSN) e oferecendo a de nº 20 (CSP);

— De Finanças, favorável ao projeto e às emendas ns. 1 a 35 e oferecendo as de ns. 37 a 49 (CF);

— Tendo também pronunciamentos favoráveis das mesmas Comissões, sob as emendas do Plenário.

Não há número para votação. A Mesa se dispõe a suspender a sessão por 20 minutos, informada que foi de fato deverão chegar, dentro em poucos minutos avião em que viajarão vários Srs. Senadores, a menos que os Senadores inscritos para falar depois da Ordem do Dia, desejem fazê-lo imediatamente.

O SR. ANTONIO VIANA:

Sr. Presidente, desejo falar agora.

O SR. PRESIDENTE:

Neste caso, darei a palavra ao primeiro orador inscrito, que é o nobre Senador José Feliciano.

O SR. JOSÉ FELICIANO:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, dirijo-me

neste instante ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando prioridade para a construção de trechos da estrada de rodagem BR-31, de Vitória a Belo Horizonte, Araxá, Cuiabá e fronteiras da Bolívia e do Paraguai, e, também, para a rodovia BR-54, de Itumbara a Rio Verde.

Sendo a política do transporte no País orientada sobretudo para o atendimento da densidade de tráfego e de carga, venho tratar da região do centro-sul de Goiás e do Triângulo Mineiro, para mostrar o escoamento natural dessa região para que os produtos da sua lavoura e da sua indústria.

Sabemos que o Triângulo Mineiro e o Sul de Goiás estão incluídos entre os maiores produtores de arroz e de feijão do País, mas não dispõem de uma ligação direta com Belo Horizonte por uma rodovia de primeira classe, do Governo Federal. Nem tão pouco para o Norte, com Cuiabá e fronteira da Bolívia, ou para o Paraguai, têm um tráfego fácil e permanente em todas as épocas do ano.

Gra, Sr. Presidente, a ligação de Araxá a Belo Horizonte-Vitória, dá acesso a que todo esse interior do Brasil use um dos melhores portos do nosso País, situado na linda capital do Estado do Espírito Santo, onde a subdivisão do serviço do porto mostra, perfeitamente, o alcance do seu trabalho e da sua capacidade. Assim, na Ilha de Vitória, o porto que serve à carga comum de exportação e importação, com uma distância de mais de quinhentos metros, dispondo de área de cimento armados e de todo o equipamento de movimentação portuária, permite um serviço normal de descarga de toda a produção do centro do País para o exterior. Além disso, temos também o porto do Continente, porto especializado e do maior índice de produtividade, reservado quase que exclusivamente à grande exportação de minérios, minérios de ferro, sobretudo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Perfeitamente.

O Sr. Eurico Rezende — Os pronunciamentos de V. Exa., nesta Casa, sempre me despertaram e despertam o meu fraterno e empenhado interesse. Mas no momento em que V. Exa. se refere, diretamente, às perspectivas e à realidade econômica do meu Estado, particularmente ao porto de Vitória, desejo significar-lhe a sinceridade do meu reconhecimento. V. Exa. diz muito bem quando coloca o porto de Vitória como instrumento decisivo para o movimento econômico do País. Se consultarmos a pruta das nossas exportações, verificaremos que o minério de ferro, que há cinco anos ocupava o quinto lugar, hoje ocupa o segundo lugar. E, para este ano, está assegurada uma exportação mínima de oito milhões de toneladas. Esta a situação atual, mas as possibilidades tendem a se ampliar e a melhorar mais ainda, para o Espírito Santo e para o Brasil, com a construção do cais de minérios da Ponta do Tubarão, que será, no gênero, o maior e o mais importante cais de minérios do mundo. Recentemente, o ex-Ministro San Tiago Dantas, então chefe do Ministério da Fazenda, em sua declaração, esteve visitando o porto de Vitória e examinando também os projetos de construção do cais da Ponta do Tubarão, tendo determinado a liberação de verbas para que as obras desse porto não sofressem solução de continuidade. De modo que, no dorso do seu oportuno discurso, desejo endereçar ao atual Ministro da Fazenda, o eminente Professor Carvalho Pinto, um apelo no sentido de manter, no seu Ministério, o critério e o interesse do seu antecessor. Presidir a implantação de novas instalações portuárias em Vitória, é gesto

de importância máxima para o Estado de Minas Gerais — como disse V. Exa. — e para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Reitero aqui o meu sentimento de gratidão às referências que V. Exa. faz, com tanto otimismo e tanta euforia, aos interesses fundamentais do meu Estado.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Muito obrigado pela intervenção de V. Exa. no meu discurso. Ele vem, realmente, demonstrar que a situação atual do Porto de Vitória, já excepcional entre os portos brasileiros, será de muito melhorado para o futuro, desde que o atual Ministro da Fazenda mantenha a mesma orientação do anterior com referência aos auxílios para a conclusão da obra. Teremos então, no porto de Vitória, que já suporta navios de carga de três metros de calado, com capacidade de carga e descarga de porto de quinhentas mil toneladas anuais, o escoamento de todas as fazas dessa extraordinária estrada que é a BR-31, desde o centro de Mato Grosso, sudoeste de Goiás, Triângulo Mineiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. vai-me permitir acrescentar que a integração do interior do Brasil, até o Espírito Santo, interessa não só o Estado de Goiás, mas também às coordenadas da Nova Capital da República. De modo que, se concluída a rodovia ligando Araxá a Belo Horizonte e Belo Horizonte a Vitória, passando por Domingos Martins, dentro de oito meses, como havia prometido o ex-Ministro Hélio de Almeida, o Porto de Vitória, em linha reta, distará de Brasília apenas seicentos quilômetros.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Vê-se que além da profunda importância para toda a economia do interior brasileiro, do acesso que se pretende concluir dentro de oito meses, ao Porto de Vitória, há ainda a ressaltar o aspecto político da ligação da nossa Capital a mais uma saída do território brasileiro por um porto do Atlântico.

O Sr. Filinto Müller — O nobre orador permite um aparte?

O SR. JOSÉ FELICIANO — Tem V. Exa. o aparte.

O Sr. Filinto Müller — Interrompo o magnífico discurso que V. Exa. está pronunciando para trazer-lhe um dado: o Presidente João Goulart assumiu com as bandeiras de Mato Grosso, e assumiu publicamente, o compromisso de, em seu Governo abrir o tráfego a estrada que deverá ligar Corumbá, no momento do Rio Paraguai, a Vitória. Mas, sem embargo da grande importância que terá esta estrada para a economia nacional, como vem focalizando V. Exa., com tanto brilho, também tenho profundamente pelo nobre Senador Eurico Rezende, apesar da significação dessa rodovia, principalmente para todos nós do interior, sobretudo ao Presidente João Goulart, a última vez que tive oportunidade de com S. Exa. falar, a seguinte declaração: a estrada, existente entre as Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, a qual V. Exa. acaba de fazer referência como tendo um tráfego continuamente e constantemente está praticamente abandonada no setor de Goiás, os caminhões trafegam com muita dificuldade. O setor de Mato Grosso, no entanto, está completamente abandonado. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não existe. E de se lastimar que uma estrada com tráfego intenso, interligando Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e todo o norte de Mato Grosso e por onde tem escoamento a produção para os centros consumidores, não haja um trabalhador consentindo as erosões decorrentes do uso. Manifestei ao Presidente da República, na semana passada, minhas preocupações pelo desaparecimento dessa via de comunicação com a parte da Mato Grosso

e os Estados vizinhos. Por ali se escoava toda a produção do norte e do leste de Mato Grosso e também do Acre, e consequentemente, de várias outras regiões. O discurso que Vossa Exa. está pronunciando é da maior importância. A nós, homem do interior, dá prazer ouvir Senador, com a autoridade de V. Exa., ventilar um problema desta magnitude com tanta clareza. E, portanto, de se esperar que o Governo da República volte suas vistas para os aspectos de interesse nacional que V. Exa. está localizando tão bem.

O SR. JOSÉ FELICIANO — As palavras de V. Exa., Senador Filinto Müller, vieram trazer ao meu discurso um cunho de autenticidade em assunto da maior responsabilidade. V. Exa. acabou de relatar que entrou em atendimento com os órgãos do Governo Federal obtendo do Sr. Presidente da República a palavra no sentido de que a estrada será concluída no seu governo. E bem sabemos da sua importância, pois, somos testemunhas do seu tráfego intenso. A produção de Rondonópolis, de Douro e de outras cidades de Mato Grosso é escoada por aquela via.

Na época da safra, a densidade de tráfego na área do Canal de São Gilmeo, muitas vezes, é superior a mil veículos. De acordo com os dados técnicos as estradas por onde passa número superior a duzentos veículos precisa ser asfaltada.

Nossos produtores do Estado de Mato Grosso, sul de Goiás e até do Triângulo Mineiro, usam estradas de terra que, embora algumas vezes bem conservadas, não resistem ao peso dos veículos.

Se asfaltada, a BR-31 poderia facilitar maior circulação da riqueza no interior do Brasil. Por ela seriam transportados os produtos manufaturados de São Paulo, Belo Horizonte, Vitória e outras áreas de levada industrialização para o centro do País, assim como os produtos agrícolas dessas regiões para os intensos mercados consumidores. Atualmente, ela vem servindo satisfatoriamente, como muito bem disse o Senador Filinto Müller, porque, no período da seca, o transporte é "risonho e franco". Entretanto, no período das águas, frequentemente os caminhões levam mais de trinta dias para percorrê-la em virtude da precariedade de alguns de seus trechos.

Além desses argumentos, temos o da orientação da nossa política do transporte no Brasil. Sabemos que, tanto antigamente como hoje, havia necessidade de se fixar, de maneira clara, a política de transporte e comunicações no País inteiro. Outrora, havia que um Ministro da Viação e Obras Públicas fosse dedicado aos assuntos ferroviários, para que, então, tudo girasse, naquele Ministério, em torno das ferrovias e dos seus trabalhos. Também, se fosse o Ministro um rodoviário, conhecedor do valor das rodovias, tudo, então, passava a girar em torno das estradas terrestres, das rodovias.

Atualmente, porém, precisamos que nem mesmo o Ministro de Viação e Obras Públicas pode controlar, no País, a situação do transporte marítimo. Talvez o mais indicado fosse entrar esse setor da administração ao Ministro do Trabalho.

A economia do interior do Brasil vem sendo prejudicada pelo serviço de carga e descarga, que é dos mais morosos do mundo, criando-se dessa forma conflitos de ordem social e sindical, dos mais graves, nos Portos do Rio de Janeiro e de Santos. Há também, como consequência, desentendimentos nos Sindicatos entre aqueles que carregam e descarregam as cargas dos navios. Foi o que aconteceu recentemente, gerando a greve dos

que esturam os sacos de café, motivo por que vários navios abandonaram os nossos Portos sem esse produto importantíssimo para a economia brasileira.

Agora ainda que os produtos agrícolas embarcados pelos portos do Rio e de Santos provocam uma sobrecarga de taxa enorme, principalmente em razão da armazenagem prolongada. Assim, temos de encaminhar nossa produção para o Porto de Vitória, mais acessível e sem tais problemas. Isto por que o Governo do Espírito Santo é que mantém o serviço, no Porto de Vitória.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.ª um aparte?

O Sr. JOSÉ FELICIANO — Tem V. Ex.ª um aparte.

O Sr. Eurico Rezende — O sentido do meu pedido de aparte ainda há pouco, era outro. Mas tendo em vista o final de suas considerações, devo informar a V. Ex.ª e, por via de consequência, à Casa, que no Porto de Vitória, jamais, houve uma greve sequer, porque a administração é exercida direta e atuamente pelo Governo do Estado. A propósito dos fretes marítimos, devo dizer a V. Ex.ª que o Brasil participa da Associação Latina de Livre Comércio, a ALALC. Depois que nosso País ingressou nesta comunidade econômica, suas exportações diminuíam intensamente, sensivelmente, para a América Latina. E quando esteve aqui, na Comissão de Relações Exteriores, o atual Embaixador do Brasil na ALALC, perguntado a respeito desse decréscimo de nossos valores exportáveis, esclareceu que o responsável por esse decréscimo, por essa infelizmente da exportação do Brasil para a América Latina, são os nossos desorganizados serviços marítimos e principalmente os seus altos e insustentáveis fretes. Sempre que ocorre na orla marítima uma greve, o Ministério do Trabalho se dá logo a rapidez de conceder um aumento salarial, esquecido esse Ministério de Convênios internacionais. Não se estuda o problema nas suas implicações. Para fazer cessar a greve, atende-se às reivindicações por mais agressivas, por mais predadoras e acordadas que sejam. V. Ex.ª aborda um ponto crucial da economia brasileiro sob ponto de vista econômico, e na organização de nossos serviços marítimos e notadamente os altos fretes e crescentes índices do custo dos seus fretes.

O Sr. JOSÉ FELICIANO — Como que poderemos responder aos apelos dos nobres Senhores Eurico Rezende e Filinto Müller, dizendo que, para a nossa Pátria, já é chegado o momento de se fazer uma política de Transporte e Comunicação, dando-se a esta infraestrutura da nossa economia condições atuais para nosso desenvolvimento.

Da mensagem do Sr. Presidente da República se verifica que as nossas estradas de ferro e a marinha mercante são consumidoras de 20% da receita do país, para sua manutenção e operação. Com uma política orientada, onde a intensa necessidade do movimento de pessoal e de cargas fosse atendida pelo transporte ferroviário anexado ao rodoviário, pelo fácil manejo das zonas de produção para as pontas de trilha, e se se harmonizasse o transporte ferroviário com o marítimo e fluvial, teríamos uma nova programação para o setor de transportes da pátria brasileira.

Hoje, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não tem recursos suficientes para manter e conservar as estradas construídas. Em todos os setores de manutenção das ferrovias e rodovias não nos temos ul-

timamente preocupado como devíamos.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex.ª um aparte?

O Sr. JOSÉ FELICIANO — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Müller — No setor ferroviário de Mato Grosso, temos a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que tem desempenhado papel de máxima importância no nosso desenvolvimento e no amparo da nossa economia. Felizmente essa Estrada, hoje integrante da Rede Ferroviária Federal é um exemplo. O seu Administrador, Dr. Pedro Petrócio, homem de qualidades excepcionais, cercado de um grupo de técnicos de alto valor, vem mantendo a Estrada em condições de satisfazer os fins para que foi construída, e ultimamente tem conseguido decrescer o seu déficit. No setor rodoviário — como muito bem acentuou V. Ex.ª — não há recursos para manutenção de estradas. Não culpo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Ocorre que DNER não recebe recursos suficientes para a simples conservação das estradas, que, como disse V. Ex.ª, têm valor fundamental, essencial para a economia brasileira.

O Sr. JOSÉ FELICIANO — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.ª.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador)

Ouvindo o aparte do nobre Senador Eurico Rezende, em que aponta e responsabiliza os Ministros do Trabalho pela concessão de aumento do pessoal do Porto, do pessoal marítimo. Gostaria de ler o artigo 7º da última lei que estabeleceu novos vencimentos para o pessoal civil, militar e autárquico da União. (Lê): "Aplicam-se ao pessoal ativo e inativo dos Territórios, autarquias federais, entidades paraestatais e serviços portuários e marítimos administrados pela União, sob forma autárquica, bem como aos servidores empregados de qualquer categoria da Rede Ferroviária Federal S. A., as vantagens financeiras desta lei, na mesma base percentual e limitações previstas para os servidores, etc."

E, agora mesmo, o Senado, no Artigo 9º do Substitutivo assim se pronuncia:

"E concedido aumento nas mesmas bases percentuais adotadas nas tabelas constantes do Anexo I desta lei ao pessoal em atividade ou não, dos Territórios e das autarquias federais, dos serviços portuários administrados pela União sob a forma autárquica, da Rede Ferroviária Federal S. A. e das ferrovias, e outras entidades sob regime especial de administração pela União, etc..."

E ainda mais no art. 10:

"O pessoal empregado em empresas de navegação marítima, fluvial, lacustre e portuária terão um aumento em suas soldadas-base ou vencimento, de 31% sobre os valores fixados no Decreto nº 51.658, de 17 de janeiro de 1953".

Então ratificamos: estamos de acordo e, como entidade, não podemos jogar às costas dos Ministros de Trabalho a responsabilidade dos aumentos que esse pessoal vem recebendo, que achamos justo. Sobre os aumentos colocamos mais aumentos, o que é particularmente certo, tão certo que estou votando a favor, como quase todo o Senado.

O Sr. JOSÉ FELICIANO — Nobre Senador, o aparte de V. Ex.ª, motivado, creio pelo do nobre Senador Eurico Rezende, vem mostrar que,

realmente, as aflições nos lares e na vida daqueles que trabalham nesse setor de transportes são muito grande. Se eles agora receberam esse aumento de apenas — me parece — 31% foi em virtude de antes terem recebido um outro de 39%. Assim, ficaram eles, no entendimento do Senado da República, dentro de uma linha de tratamento justo para todos eles.

O aparte do nobre Senador Eurico Rezende foi suscitado em face da situação que criamos com as nossas palavras. Dizíamos que sendo o sul de Mato Grosso, o sul de Goiás, o Triângulo Mineiro, o Sul de Minas e o Espírito Santo as regiões de maior densidade de produção agrícola, elas se viam prejudicadas nos seus produtos de exportação pelo trabalho de carga e descarga nos portos do Rio de Janeiro e de Santos, que eram os habituais para os exportadores do interior do Brasil.

E assim, pleiteávamos, no início do nosso discurso do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, tratamento prioritário para a construção da BR-31, que vai de Vitória a Belo Horizonte, seguindo depois para o Triângulo Mineiro, Sul de Goiás, Cuiabá até as fronteiras do Paraguai e da Bolívia para que produtores e exportadores ficassem com essa via para o escoamento de suas safras.

Acrece que os Portos do Rio de Janeiro e de Santos estão quase que permanentemente envolvidos por greves. São vários os sindicatos e sempre há pelo menos um em greve. Se todos declarassem greve ao mesmo tempo, seria um mal menor para os exportadores. Mas, há sempre um Sindicato em greve. Foi o que aconteceu há poucos dias, pelo que — se não me engano — existe agora aproximadamente uma centena de navios aguardando embarque e desembarque no Porto de Santos.

A providência que pleiteamos viria de muito atender aos exportadores. Daí o aparte do nobre Senador Eurico Rezende, que admitimos. Seria melhor que os Portos de Santos e do Rio de Janeiro fossem administrados pelo Ministério do Trabalho, e não pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, uma vez que os problemas criados e as soluções pelas quais todos esperamos, são mais afetos ao Ministério do Trabalho.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador, creio que ouvi mal e por equívocos. Pensava ter ouvido referência a reivindicações salariais, sempre satisfeitas pelos Ministros do Trabalho. V. Ex.ª agora, adverte a todos que esse pessoal deve ser administrado pelo Trabalho, sob a responsabilidade direta do Ministério do Trabalho, esse mesmo Ministério que vem permitindo os aumentos. Então, não entendi bem o aparte, porque, creio — e depois recordarei às Nobres Tribunas — que o meu sentido objetivo foi ferido pela expressão que dizia respeito a aumentos salariais anteriores, ratificados e permitidos pelo Ministério.

O Sr. JOSÉ FELICIANO — Realmente, o Senador Eurico Rezende também em aparte aludiu a reivindicações do trabalhador no caso do Porto.

O Sr. Eurico Rezende — Tentarei resumir o sentido do meu aparte.

Sempre que ocorrerem reivindicações salariais, as autoridades do Ministério do Trabalho diligenciam, e se empenham no atendimento pleno, sem fazer um estudo das implicações da imoderação salarial em convênios assinados pelo Brasil. E citei o caso da ALALC que responsabiliza pelo decréscimo das exportações brasileiras para aquela comunidade econômica o alto custo dos nossos fretes marítimos. Quer dizer que o aumento salarial acarreta, automaticamente, a majoração dos fretes, e isto vai prejudicar o Brasil justamente na ALALC. Isto foi dito na Comissão de Relações Exteriores do Senado, pelo Embaixador do Brasil na ALALC. De maneira que

eu quis dizer apenas isto. Parece que agora o nobre Senador Aurélio Viana compreendeu bem o sentido das minhas palavras.

O Sr. Aurélio Viana — Perfeitamente.

O Sr. JOSÉ FELICIANO — Assim, Sr. Presidente, o D.N.E.R., que na pouco tempo recebeu aplauso do País inteiro pela realização magnífica da Rodovia Rio-Bahia, deverá, agora, voltar-se para a BR-31, estrada de grande importância para a economia brasileira. Seria o momento de transferir toda a concentração de máquinas, de equipamentos e utensílios rodoviários para a estrada Vitória-Belo Horizonte-Araxá, a fim de que tivéssemos, dentro do menor prazo possível, a realização de mais uma gigantesca tarefa do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; e de Araxá até Cuiabá, ou até a fronteira da Bolívia e do Paraguai. Necessário seria, então, que se fizesse a retificação do leito da atual rodovia, e manutenção permanente para, em seguida, revestí-la, nesse trecho, do indispensável asfalto, já que ali, em muitas épocas do ano, há uma densidade de tráfego superior a mil veículos, e nunca inferior a trezentos, diários, em todas as épocas.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Compreendo o apelo de V. Ex.ª, que, obviamente, é dirigido ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas. Até há poucos dias, esse Ministério era ocupado por um engenheiro que tinha, e tem, a visão dos problemas brasileiros. E não deve, o atual Ministro, ter uma visão apenas nordestina do Brasil. O meu receio é que S. Ex.ª venha a canalizar, com mais intensidade, os benefícios da política rodoviária do Governo Federal para o Norte e Nordeste. O fato é que de alguns anos a esta parte, todos os Ministros brasileiros tem uma sensação de interinidade. A esta Casa já se preparam para regressar, dois Ministros; não ficam muito tempo nos Ministérios. E o meu receio é que o Sr. Expedito Machado, com a sua atenção voltada para essa peste da interinidade, a maldição da precariedade da permanência de Ministros se empolgue apenas com o plano do Nordeste. Daí ser muito oportuno o apelo de V. Ex.ª. Fazemos votos para que o Governo da República — e esqueçamos até a inspiração e proteção da Nossa Senhora da Penha, Padroeira do Espírito Santo — dê ao Ministro Expedito Machado uma missão exclusivamente brasileira dos problemas brasileiros e não distribua as suas benesses igualmente com o Norte e com o Sul do Brasil.

O Sr. Filinto Müller — Permite o nobre orador mais uma interinidade? (Assentimento do orador) — Pátria do nobre Senador Eurico Rezende que abriu um crédito de confiança ao Ministro Expedito Machado, um homem do Nordeste, criador dos benefícios de sua terra e de toda a região Nordeste do Brasil, com elevado espírito público e patriotismo, não de encerrar os problemas como devem ser, no conjunto do problema nacional. Pelo ao nobre Senador Eurico Rezende e ao Senado que abram esse crédito de confiança ao Ministro Expedito Machado e S. Ex.ª, sabrá corresponder.

O Sr. Eurico Rezende — Quem deve abrir um crédito de confiança é o Sr. Presidente da República, deixando o ao Ministério pelo menos um ano, porque até aqui os Ministros têm obedecido ao sistema parcelado, de crédito de amortização. Tudo aqui no Brasil é interino. Nós mesmos, que moramos em Brasília, carregamos essa sensação de interinidade...

O Sr. João Agripino — Minos os funcionários...

O Sr. Eurico Rezende — ... de vez quando nos surpreendemos, naturalmente saudosos das bases sentimentais da nossa vida, distante dos

Estados, das nossas Províncias, das nossas Municípios e, também, diante dessa perplexidade nacional, com as circunstâncias do mês de agosto que tem sido fatídico, temos a impressão de que não estamos com os pés firmes, não há implantação segura. De modo que, da minha parte, dou crédito de confiança ao Ministro Expedito Machado que, através do noticiário de jornais, conheço como homem atuante, todavia, o aparte do nobre Senador Filinto Müller deve ser bipartido: primeiro um apelo ao Sr. Presidente da República para que dê esse crédito de confiança ao Ministro Expedito Machado; depois disso o pignem aqui haverá de bater palmas. Por enquanto, o problema é com o Presidente da República que, em matéria de sobrevivência de Ministros, é um verdadeiro canibal. O Sr. Presidente da República é um devorador de Ministros.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Vossa Ex^a, nobre Senador Eurico Rezende, não ficará desapontado com a atuação do Deputado Expedito Machado, de vez que ele vem ocupando a Vice-Liderança do PSD na Câmara dos Deputados e tem-se mostrado, realmente, um profundo conhecedor dos problemas de todas as regiões do Brasil e, sobretudo, tem grande vivência, pois que eleito em duas Legislaturas seguidas, como representante do povo em contactos com esses problemas nacionais.

Assim, julgo que S. Ex^a poderá prestar enorme serviço, procurando fixar, realmente, uma política de transportes e comunicações, de tal sorte que sejam criados, neste momento, os rumos da política referente a esse setor da nossa Economia, de modo que os sistemas rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial sejam encaixados num organismo vivo de transporte da nossa riqueza, que circula em todos os septidos da nossa Pátria, para que, mais tarde, a interinidade de um ou outro Ministro não afete a política nacional de transporte e comunicações de tão profunda repercussão em nosso futuro e de tamanha necessidade no presente momento.

Assim, a BR-54, da cidade de Itumbiara ao Município de Verde, em Goiás se for asfaltada dentro de pouco tempo servirá para o escoamento da produção de cereais, de cerca de 5 milhões de sacas de arroz e de milhares de sacas de feijão; a nossa população urbana poderá receber estes produtos em muito melhores condições de preço, pois que não haverá este encarecimento desnecessário motivado pelo intermediário e pelo transporte difícil em estradas de terra.

Assim, Sr. Presidente, deixamos aqui ao Ministro da Viação e Obras Públicas, e ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem o nosso apelo para que reeditem a magnífica obra do D.N.E.R. que realizou a construção da rodovia Rio-Bahia, que reedite essa obra na construção da BR-31, de Vitória-Belo Horizonte-Araxá, permitindo um novo pórtio de exportação para o interior do Brasil. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE: Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, eu iria suscitar uma questão de ordem. Falo-ei certamente amanhã.

Apenas preocupado com a sorte de nossa gente, de nosso povo com a nossa própria sorte, diante do aumento de vencimentos que ora se propõe e dos meios que o Executivo exige para que possamos fazer face às despesas que se apresentam, uso a palavra, uma vez mais, para con-

testar a necessidade do empréstimo compulsório como a única maneira viável de deter-se a alta do custo da vida e a inflação. Não disse — nem tem — a alta do custo da vida ou a inflação; disse a alta do custo da vida e a inflação.

Quando, nos idos de 1962 — e são idos muito próximos de nós — se tratou do aumento do funcionalismo público civil, militar e autárquico, os gênios governistas, somados aos gênios das finanças e da economia do outro lado, tamancaram defenderam a mesma tese: só através de um empréstimo compulsório — que naquele tempo tinha o nome pomposo de empréstimo público de emergência de caráter compulsório — deteríamos a alta do custo da vida, que não foi detida, e a emissão do papel-moeda, conseqüentemente, a marcha acelerada da inflação, que também não foi detida.

Os argumentos foram os mesmos. Lebrava-me um colega nosso que, quando se tratou da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, também se apelou para empréstimo público. Esse empréstimo foi feito e exigido, e dizia-me este colega, que anos depois é que os títulos foram surgindo e as dificuldades para a substituição desses títulos e as condições foram de tal natureza, no que tange ao empréstimo público de emergência de 1962, que muita gente vai perder o seu rico dinheiro, porque multidões não saberão como fazer essa troca.

Alguém pediu licença para um aparte.

O Sr. João Agripino — Fui eu, nobre Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA — Aqui no plenário há um dispositivo estranho do serviço de microfones, que nos compõe a dar as costas à Mesa para ser gentil com o apartante, ou então dar as costas aos que nos apartam, cometendo indecências tremendas, para não ferir o Regimento, que, parece, trata deste assunto.

O Sr. João Agripino — V. Ex^a pode ir muito mais longe. Desde a época em que foi Ministro o Sr. Lucas Lopes e propôs a criação de letras do Tesouro, com o propósito de angariar recursos particulares, para evitar a emissão.

A História demonstra que, a despeito de todos esses tipos de empréstimos ou de criação de recursos particulares, a emissão tem sido sempre cada vez maior, ano a ano.

O SR. AURÉLIO VIANA — O aparte de V. Ex^a vale pelo discurso que estou pronunciando. Este é o exemplo. Chantagiar-se com a opinião pública, como se ainda fôssemos um povo de crianças, de bebês, de meninos, um de infantes, não é aceitável, não é justo. Há funcionários que vão pagar o empréstimo compulsório na fonte. São obrigados a fazê-lo. Os próprios Senadores da República, num ato de despreendimento, não digo louvável porque seria louvar a nós mesmos, mas talvez reconhecendo que fixaram seus subsídios muito altos demais, estão recebendo muito mais do que deveriam. — os próprios Senadores, sem receber aumento, vão desembolsar cada fim de ano uma certa quantia que se discute por aí, não digo com sentido de arma, mas com certa preocupação, a preocupação do patriota, é claro, daquela que zela pelo equilíbrio das finanças nacionais e conseqüentemente das suas próprias finanças. Mas é um despreendimento que o povo haverá de reconhecer um dia. Então, verificamos que no empréstimo público de emergência estava escrito:

“Será obrigatoriamente subscrito pelos contribuintes do Impo-

to do Renda nas seguintes bases:

Sobre imposto devido pelas pessoas jurídicas cujos lucros tributados hajam sido superiores a um milhão de cruzeiros, na forma da seguinte tabela:

De mais de 1 milhão a cinco milhões de cruzeiros — 10%;
De mais de 5 milhões a 20 milhões de cruzeiros — 20%;
De mais de 20 milhões a 50 milhões de cruzeiros — 25%;
De mais de 50 milhões de cruzeiros — 30%.”

“b) Sobre o imposto devido pela pessoa física da renda líquida tributável, superior a três milhões, e sobre o imposto dito de lucro imobiliário e outras arrecadações na fonte, exceto rendimento do trabalho, 20%.

O empréstimo de emergência a que se refere a presente lei será calculado sobre o imposto de renda devido, desprezadas as frações de mil cruzeiros”.

E lá adiante, fala-se em 159 bilhões de cruzeiros, se não estou enganado. Cento e cinquenta!

Sr. Presidente, diz a lei, votada em 1962, que o Fundo de que trata o Artigo anterior — e o nobre Senador Eurico Rezende deve ficar satisfeito por termos incluído naquela lei o que não se incluiu nesta — será distribuído proporcionalmente aos municípios dos diversos Estados, excluídos os da Capital, em bases proporcionais às populações respectivas, para financiamento de casas, ou seja, distribuídos aos trabalhadores em geral.

O Sr. Eurico Rezende (Com assentimento do orador.) — Lá no meu Estádio não houve a construção de uma única casa, sequer, até hoje!

O Sr. José Feliciano — V. Excia. permite um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Com muito prazer.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Nobre Senador, realmente o empréstimo compulsório tem uma destinação específica, de maneira que aqueles 35 por cento para a agricultura e 65% para investimentos industriais vão evitar que seja dada, em relação a ele, a mesma destinação daquelas letras do Tesouro que foram empregadas em campanha ou fins eleitorais, do que mesmo para o desenvolvimento nacional.

O SR. AURÉLIO VIANA — Então V. Excia. defende a tese de que o País já está sofrendo os efeitos benéficos do empréstimo de emergência de 1962? Porque daí farei outra pergunta a V. Excia.

O SR. JOSÉ FELICIANO — Não defendo esta tese. Exatamente o que aponto, é o mau emprego das letras do Tesouro em contraposição com o bom emprego do empréstimo no sentido de incentivo da produção nacional.

O SR. AURÉLIO VIANA — Mas V. Excia. ouviu do Ministro San Thiago Dantas, que aqui esteve, que a verdadeira finalidade do empréstimo, é evitar a emissão de papel-moeda para pagamento do funcionalismo.

V. Excia. ouviu, viu e votou, quando se tratou da Emenda do nobre Senador Eurico Rezende através da qual se desejou evitar que aqueles 70 bilhões de cruzeiros fossem destinados a outros fins que não a recuperação do desenvolvimento econômico do País.

Porque está explícito, está claro, está explicitado — esta é que é a verdade — que os 70 bilhões de cruzeiros seriam destinados ao pagamento do funcionalismo público em 1963.

Então, por que não dizemos, clara, aberta e objetivamente, a verdade à Nação brasileira? Por que vivermos neste sistema que se eterniza, ludibriando a opinião geral do povo, criando a desconfiança nos homens e dos

homens até nas próprias instituições democráticas que ainda resistem, neste País, por um milagre?

Ela falava em Cr\$ 150.000.000.000,00 que teriam sido exigidos do povo em 1962, e aqui está:

“E o Poder Executivo autoriza do a emitir títulos da dívida pública interna fundada, denominada de “Recuperação Financeira” e distribuídos em séries autônomas respeitando o limite máximo de circulação de Cr\$ 150.000.000,00 cento e cinquenta bilhões de cruzeiros”.

E aí vai a discriminação.

Mas, por que razão não se evita a emissão de papel-moeda, nem se evita a alta do custo-de-vida? Porque, na verdade, isto é um tributo, imposto disfarçado. É um tributo “virgula”, imposto disfarçado. É um tributo imposto, que é um imposto disfarçado que sai do ombro do povo, de um povo sacrificado, pagando-o tanto quem recebe os benefícios da lei como quem não o recebe. E o contribuinte brasileiro já chegou a uma situação insustentável.

Dizem que os industriais estão preocupados. Preocupados estão os comerciantes, preocupados estão os agricultores. As vezes penso que não estão preocupados, porque aqueles, da classe, aqui dentro, estão votando a favor do aumento enquanto “eu, que não sou da classe, não sou industrial, não sou comerciante, sou o que todo mundo sabe, ou então se rebela. Jogam de sobre os ombros o fardo, que é excessivamente pesado, e o povo tomará nas suas mãos a sua própria sorte.

V. Excias. não ouviram? Não estou criticando. É uma análise. Aumento de 70%! É uma chantagem que se propagou no Brasil inteiro. Não é verdade. Há quem tenha tido 70%, há quem tenha tido 80%, há quem tenha tido mais de 80%. Por que não se diz a verdade ao povo brasileiro? Não houve um aumento igualitário. Está havendo um aumento discriminatório, para que se amanse o povo, principalmente os mais humildes dentro do povo, propagando-se que o aumento é de 70%, indistintamente, para todos.

Eu hoje já estou com as notas à mão para contestar aquelas que continuarem argumentando dessa maneira. Nunca houve um aumento tão discriminatório a favor de quem mais percebe, como este que aqui se encontra. Quem deter a revolução social, beneficiando a quem ganha muito e tratando a coronhadas — não aquelas coronhadas de fuzis — a quem ganha muito pouco.

A diferença de vencimentos entre um Cabo engajado e um Sargento, por esta lei que se encontra nas minhas mãos relativa ao último aumento, é de Cr\$ 3.500,00. Que fize-ram os “pais da Pátria”, desta grande Pátria, cujos pais parecem mais padraços que pais? Um benefício notável: alargaram essa diferença de Cr\$ 3.500,00 para Cr\$ 14.400,00.

E um pai de família um chefe de família, um homem digno, que ouviu falar que este aumento representa um sacrifício da Nação brasileira para que o seu estômago de mantenedor da ordem não continue sofrendo o que vem sofrendo, está revoltado, tremenda e justamente revoltado, porque enquanto alguns tiveram aumento sobre o vencimento base, só de mais de Cr\$ 60.000,00, houve aumento para esse grupo de menos de Cr\$ 2.000,00 por mês. Por mês!

E aquele grupo, que deveria ter recebido um aumento equidistante para provocar inclusive, o desenvolvimento nacional, através do aumento do seu poder de compra, e que constitui a maioria do grupo humano do funcionalismo público civil, militar o

autárquico, vai receber aumento dessa natureza. E, inclusive, alguma coisa perversa, má, porque, quando se provoca isso, se está provocando a revolta, lançando irmãos de armas contra irmãos de armas. Passa-se a diferença salarial de uma classe para outra, de Cr\$ 3.500,00 para quase Cr\$ 15.000,00. Jogando irmãos contra irmãos perversamente.

Ao invés de incentivar a paz e a harmonia entre eles, provoca-se a discórdia. E quando se pede justiça, apresentando-se emendas que retificariam as injustiças cometidas, muitos que, vez por outra, para o bem da Pátria e da harmonia social, cometem os seus senões, rejeitam a retificação do erro para que esta situação desgraçada continue.

Dá-se um aumento de 70% indistintamente, e ao mesmo tempo, além do empréstimo compulsório, permite-se o aumento dos aluguéis das casas até 200%!

Admito que me firam. Aceito, sim, não chicotadas mas cuteladas. Não sou escravo para receber chicotadas. Aceito as cuteladas e me defendo como posso, mas repilo as injustiças cometidas contra as classes que representam, embora sabendo que o que digo fica aqui mesmo. Pouco me importa, se a minha consciência me faz dormir tranqüilamente. Se os meus adversários souberem disso, eles é que ficarão quietos. Quando saem daqui uns vão fazer suas farinhas e praticar o que praticaram antecetm. Paro por aqui. Este é um ambiente...

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer a V. Exa. que saí e fui para casa, diretamente.

O SR. AURÉLIO VIANA — Co'o-quei um barrete na cabeça de Vossa Excelência? Estou falando em tese.

O Sr. Eurico Rezende — Mas por via das dúvidas é bom que fique registrado nos Anais.

O SR. AURÉLIO VIANA — Vou e deito tranqüilo, tranqüilo. Cada um é o que quer não sou censur, não sou catão. Destrua a tranqüilidade dos lares alheios quem quiser, pouco se me dá; fira a honra alheia quem quiser, pouco se me dá; saia das sessões e vá para as suas farinhas quem quiser ir, pouco se me dá.

Há um sistema filosófico que apresenta Deus como um ólho, é um grande ólho só. Adoram aquele ólho, é o ólho que tudo vê. Eu não vejo tudo, não sou Deus; felizmente não vejo tudo. É uma felicidade para os homens não verem tudo nem ouvirem tudo nem falarem tudo. Estou dizendo que não tenho nada a ver com a situação privada de quem quer que seja; e me recuso a comentar isso. Não quero tratar desse assunto. Estou dizendo, para com, provar que quando saio daqui, depois dos debates mais acalorados, difícilmente passo dois minutos sem que adormesça profundamente.

Os chacais dizem às vezes que me logo aqui contra reivindicações de certos grupos profissionais, isto porque são chacais, hienas!

Sr. Presidente, a inovação que fizemos no campo do aumento foi esta: sobre o aumento proposto pela Câmara, acrescentamos mais alguma coisa.

Também não vim criticar. É um comentário. Aos vencimentos dos Generais de Exército, os Almirantes de Esquadra, Tenentes-Brigadeiros acrescentamos mais alguma coisa; aos dos Generais de Divisão, os Vice-Almirantes e os Maiores-Brigadeiros também. Acrescentamos mais alguma coisa aos dos Generais de Brigada, Contra-Almirantes e Brigadeiros. Daí para baixo deixamos a mesma coisa. Não há diferença. Por que tentamos empulhar a opinião públi-

ca dizendo que modificamos para melhor o Projeto da Câmara no que tange ao aumento do funcionalismo? Sim, nós alteramos os vencimentos das três classes que estavam no topo, na cúpula. Mas deixamos elementos ganhando 1.400 cruzeiros por mês, 3.100, 6.000, 7.200, 18.000,00, 23.600. Taifeiros de primeira classe, marinheiros de primeira classe especializados, soldados, fuzileiros navais de primeira classe, com dezoito mil cruzeiros! Cabo músico, taifeiro, ror, 23.600!

Recusar uma insignificância a este povo! Não tenho o poder do Senhor Brizola. Não tenho rádio, televisão, nem jornal.

O Sr. João Agripino — Graças a Deus!

O SR. AURÉLIO VIANA — Disse lá um Senador — "Graças a Deus"? É o mesmo? É o mesmo?

O Sr. Eurico Rezende — Graças a Deus, e Deus o conserve!

O SR. AURÉLIO VIANA — Graças a Deus por não ter poder? Que coisa, não ter Rádio, Televisão, que coisa, Senador Eurico Rezende! Graças a Deus por não ter Rádio, Televisão, Jornal?

Ah, mas um dia precisarão de mim — se eu não morrer e se esse negócio continuará... (Risos). E somos duros na queda! Temos que fazer chegar ao conhecimento da Casa, dessa tribuna, aquilo que se fez. Não é uma ameaça, que não posso ameaçar, pois não tenho força.

Contarei a verdade acerca deste aumento. Ninguém pode ganhar mais de trezentos e oitenta mil cruzeiros; é o teto. Mas então, alteremos o processo. Há um grupo — Juiz de Primeira Classe!... Este foi beneficiado...

Até hoje, sofri duas acusações: de não ter vindo a tribuna defender o aumento dos Tesoureiros. Não fui criticado por não ter falado contra; fui criticado por não tê-los defendido da tribuna. E os Procuradores, fui culpado de não terem sido aumentados.

Sr. Presidente, esta história será contada. Levantarei a questão de ordem no momento próprio. Perca ou ganhe provarei que a emenda que apresentei, a que foi publicada — já me deram um original — é a mesma e não apenas idêntica a que foi posta em votação no seu conjunto, considerada prejudicial. Só quem não conhece a diferença entre identidade e semelhança poderia proceder como procedeu.

Posso não ter apoio, mas luto, porque melhor perder como livre, a ganhar como escravo.

Lu o principalmente por essa classe que não dá voto, que não vota porque se comete a iniquidade de se proibir a cabos, soldados e marinheiros que votem.

Sr. Presidente, empréstimo compulsório, alta do custo de vida! Sobre inflações, há teorias as mais diversas. Há economistas que a defendem e há economistas que a condenam — daqueles que dizem que nenhum País em desenvolvimento pode evitar a inflação, que nenhum evitou até hoje.

É verdade, parece que nós romemos o teto suportável. Mas o que está interessando o povo, enquanto os teóricos discutem é a alta do custo de vida que se acelera dia após dia.

Foi detida a inflação, aumenta o preço das coisas; não foi detida, aumenta o preço das coisas. Isto é no Brasil! Os nossos teóricos situam o Brasil noutra parte do Mundo, estão racionando com a cabeça de teóricos e economistas que vivem num País em que os homens públicos, na sua generalidade, são responsáveis.

Num país em que há responsabilidade aceita muitas vezes, que não aceito aplicadas aqui, onde não existe isto! E provo, como acabei de dizer, com relação ao empréstimo compulsório, ao empréstimo de emergência, forçado para evitar a emissão do papel-moeda e a alta do custo da vida. E veio e virá porque estamos, em tese, brincando de provocar o povo para a revolução violenta. Deus o sabe. Não peço o testemunho dos homens. Quanto a mim, não estou condenando aos outros. Tentei fazer o possível. Mas não acredito na credito que um militar, um médico dignos aceitem isto; que um funcionário público civil da União aceite isto, que um funcionário autárquico aceite isso. Esta injustiça que se pratica contra os fracos é a morte, é o suicídio lento a que forçamos o nosso povo.

Não posso admitir que se aceite essa situação. Querem dividir os prazeres de pré, lançando a discórdia entre eles. Fiquem sabendo que os sargentos, os suboficiais e as pragas de pré estão muito acima do que se pensa.

Não aceitam proteções; analisam-nas e rejeitam sobre elas. Os cabos, os soldados, os taifeiros e os marinheiros já estão certos de que não foram sargentos nem suboficiais que o pleitearam.

Seriam melhor beneficiados, à curta do sofrimento, da angústia dos marinheiros, das tristezas, dos filhos dos seus companheiros de armas. Eles sabem disso. Aceitam e devem aceitar. Mas, aceitando, devem lutar a favor das reivindicações dos seus companheiros menos afortunados.

Então, os chefes militares enviam assessores a este Congresso, segundo me consta ao Senado. Esses assessores, em nome dos chefes militares, concordam com o aumento que se pretende para os cabos até os soldados.

E nós, que os convocamos para ouvi-los rejeitamos o que sugerem, como que a lhes induz o que queremos a discordar entre eles!

Pela primeira vez eu vi o mundo civil dos funcionários abraçado ao mundo militar.

Já hoje, há muitos dizendo: — "Preferível teria sido a tabela do militar", a denominada, "porque, pelo menos, ali os cabos, os soldados teriam sido bem afortunados".

Sr. Presidente, aqui estão os cálculos do percentual de 70%. Foi arrembado em muitos casos. Está ali o empréstimo compulsório de 62 para 63. Novo aumento, com o empréstimo obrigatório iria evitar tudo isto.

Como há tantos homens puros neste reino da Dinamarca e simples e bons! Quantos caracteres acrisolados pela simplicidade, quase diria, pela inocência! Acredito que isto possa ser feito na Inglaterra ou Alemanha ou nos países escandinavos. Sr. Presidente, estive no interior.

Voltei preocupado. Tudo está parado. Li um artigo, do ex-Ministro do Trabalho Pinheiro Neto, há uns oito dias publicado na "Última Hora". Viera das Minas Gerais, conversadoras. E traduzia suas experiências em contacto com aqueles agricultores das Alterosas.

Fiquei mais preocupado ainda. Não há política organizada, determinada, segura. O que é o espectro de fome ameaçando os lares de quem ganha pouco, relativamente pouco.

Quando terminarmos este aumento, marcharemos para outro. Teremos de tratar, imediatamente, o do Senado e da Câmara.

A Caixa Econômica já aumentou os aluguéis. Um funcionário mandou-me dizer o que está pagando agora. Vai aumentar mais ainda. Brasília, que era uma espécie de oásis neste país deserto, já está se tornando uma ci-

dade sáfara, difícil, inquietada, angustiada, triste, preocupada, asseverada pelo problema da alta do custo de vida.

Já não é mais uma exceção. Até a "dobradinha" já está consumida.

Imagino quem não tem "dobradinha". Eis o grande aumento! Genial! Os 70% ao final serão reduzidos a quanto?

Saia hipotecário, salário irreal, custo de vida hipotético, custo de vida irreal.

A quanto estará reduzido depois de votado este aumento?

A quem?

Sr. Presidente perdão aquilo que fazem com a mim, e muitas vezes esqueço. Perdão mas nunca esqueço o que fazem contra as classes que eu defendo.

Não perdão as injustiças, aos impecáveis que a sacrificam, aqueles que não têm piedade, nem espírito de justiça. Esqueço-os, e peço a Deus, em Quem eu creio embora seja imperfeito, peço a Deus que me sustente, para que eu não saia do campo de acórdão, para que não perca minhas convicções cristãs. Porque eu sei, tenho certeza, que com esta capacidade de luta que o próprio Deus me deu, se eu desse deste campo daria muito trabalho a muita gente. Tenho certeza disso. E peço que muita gente, pelo desespero, esteja deixando o campo em que ele nunca deveria ter saído.

Mas estamos perdendo companheiros dia após dia. Não acreditam mais... Não acreditam mais... Não acreditam mais, e as nossas fileiras estão cada vez mais... rareando... Mesmo nos órgãos de propaganda há lugar para todos, mas não há para os democratas, porque não acreditam mais nos democratas, que a sua palavra mereça fé.

Faça-se injustiça. Faça-se injustiça! Trate-se os desgraçados. Não se reconheça os seus direitos. Um dia eles cansarão, e pode ser que também venham a não ter piedade. Deus queira que não chegue esse dia, que, antes de chegar, as classes dirigentes deste País, — da Oposição e do Governo e independentemente — achem o caminho para a preservação, pela alegria do povo de ser democrata, dos princípios democráticos do Congresso. Deus queira que achemos este caminho. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

É evidente a falta de quorum regimental, para prosseguimento dos trabalhos. Nessas condições, vou encerrar a sessão, convocando os Senhores Senadores para outra, extraordinária, às 21 horas de hoje, com a seguinte

ORDEN DO DIA

MATERIA EM REGIME DE URGÊNCIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1963 (nº 136-E-63 na Casa de origem), que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 326, nº 3-c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 296-63, aprovado na sessão de 12 do mês em curso), tendo Pareceres, sob ns. 260 — 261 — 262 e 263, de 1963, das Comissões:

— De Constituição e Justiça, favorável, com emendas que oferece, sob ns. 1 a 3 (CCJ);

— De Serviço Público Civil, favorável ao projeto e às emendas ns. 1 a 3 (CCJ) e oferecendo as de ns. 4 a 25 (CSP);

— De Segurança Nacional, favorável ao projeto e às emendas ns. 1 a 25 e oferecendo as de ns. 26 a 35 (CSN) e subemenda à de nº 20 (CSP);

— De Finanças, favorável ao projeto e às emendas ns. 1 a 35 e oferecendo as de ns. 36 a 40 (CF);

Estendo também pronunciamentos favoráveis das mesmas Comissões sobre as emendas do Plenário.

MATERIA EM TRAMITAÇÃO NORMAL

Discussão, em turno único, da redação final (exercida pela Comissão da Redação em seu Parecer nº 273, de 1963) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1963, que prorroga a vigência do art. 21 e seu parágrafo único da Lei nº 2.975, de 27 de novembro de 1956.

Está encerrada a sessão.
(Levanta-se a sessão às 18 horas e 8 minutos).

Parecer nº 270, de 1963

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1963 (nº 133-C, de 1963, na Câmara), que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, e dá outras providências.

Relator: Sr. Sigifredo Pacheco.

A vista de ter recebido emendas nos órgãos técnicos e no Plenário desta Casa, volta ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1963, que fixa novos valores para os vencimentos dos servidores do Poder Executivo civis e militares e dá outras providências.

As emendas oferecidas pelas Comissões de Segurança Nacional e de Finanças são, respectivamente, as de nºs 28 a 35 — CSN e 36 a 49 — CF.

Há, ainda, que considerar duas subemendas: uma — da Comissão de Segurança Nacional, alterando a redação dada pela emenda 29 — CSN ao § 2º do artigo 43; outra, da Comissão de Finanças, modificando a emenda nº 10 — CSN, no que concerne ao § 4º e suas alíneas.

Apreciaremos, inicialmente, as emendas aprovadas pelos órgãos técnicos para, em seguida, examinarmos as 553 emendas de plenário.

Das emendas da Comissão de Segurança Nacional, apenas a de nº 33 — CSN e 34 — CSN, pela amplitude de que se revestem, têm implicação na área de competência desta Comissão, vez que as demais dizem respeito, especificamente, a situações pertinentes às Forças Armadas.

A emenda nº 33 — CSN garante aos servidores aposentados nos termos da Lei nº 3.956, de 1931, ou seja, aqueles que participaram de operações de guerra e que, por isso, gozam de aposentadoria voluntária aos 25 anos de serviço, as vantagens concedidas no artigo 101, da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952.

A medida está justificada no parecer da Comissão de Segurança Nacional, mencionado, também, no seu acolhimento, pois a redução do limite de aposentadoria voluntária só poderá ter efeito e alcançar os fins desejados se não ocorrer em prejuízo para os seus beneficiários.

A emenda nº 34 — CSN garante o aproveitamento no mesmo nível, da série de classes correspondente à sua atividade profissional, dos aprendizes e auxiliares de profissões das Escolas de Aprendizes e Artífices da União diplomados por escolas técnico-profissionais ou portadores de qualificações de habilitação profissional, fornecido por autoridade competente.

De acolher-se, também essa sugestão da Comissão de Segurança Nacional, um atendimento aos propósitos que a mesma consubstancia no sentido de ampliar a faixa de recrutamento especializado, para os serviços de nossos Parques e Arsenal.

A subemenda da Comissão de Segurança Nacional, modificativa da

emenda nº 20, desta Comissão, parece ter por objetivo um melhor esclarecimento do texto, sem prejudicar o conteúdo da proposição.

Assim, considerando que as demais emendas da Comissão de Segurança Nacional tem relação com assuntos de sup atribuição privativa, não vemos como deixar de dar-lhes o nosso acolhimento.

O parecer, pois, é favorável à emenda e contrário à subemenda da Comissão de Segurança Nacional.

EMENDAS DA COMISSÃO DE FINANÇAS

Das emendas oferecidas pela Comissão de Finanças e que interessam ao estudo desta Comissão, podem ser destacadas as seguintes:

Emenda nº 40 — CF

A emenda manda incluir uma alínea no artigo 16, para garantir, aos presidentes dos demais institutos autárquicos, vencimentos mensais de Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros).

Como se observa, trata-se de correção de omissão verificando-se que o projeto estabeleceu, apenas, vencimentos para os membros dos Conselhos Administrativos e Conselhos Fiscais dos Institutos de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE).

Ocorre, todavia, que houve um equívoco, de parte da Comissão de Finanças ao fixar em Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros) os vencimentos dos presidentes dos Institutos, quando o projeto, no artigo 16, alínea d, estabelece cifra menor ou seja Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros).

Desta sorte, impõe-se a correção por via de subemenda, o que faremos ao fim deste parecer.

EMENDA nº 41 — CF

Esta emenda foi aprovada, pela Comissão de Finanças, com o objetivo de contrabalançar os efeitos da emenda nº 38 — CF, que majora os vencimentos dos militares.

De fato, já se tornou uma praxe o estabelecimento da paridade retributiva entre servidores civis e militares, confirmada esta pelas disposições da Lei nº 3.825, de 1960.

Cabendo ao exame desta Comissão as alterações relativas à estrutura do serviço público civil — já que os relacionados com a organização militar, no caso (emenda nº 28 — CF), estão subordinados à Comissão de Segurança Nacional — pode-se dizer que a emenda em exame propicia melhores condições de adaptabilidade para os quadros do funcionalismo, desdobrando o organograma traçado pela Lei nº 3.720, de 1960, de modo a permitir progressão mais ampla nos planos estruturais das classes e séries de classes do serviço civil do Poder Executivo.

A emenda, porém, a par dos aspectos gerais que apresenta, sugere medidas que em confronto com a técnica administrativa e com os sistemas legalmente preexistentes são de difícil senão de impossível realização. Assim é quando prescreve que o enquadramento dos servidores será efetuado em obediência às regras estabelecidas no artigo 20 e seus parágrafos da Lei nº 3.720, de 13 de julho de 1960 constando-se que tais prescrições são radicalmente inadequadas ao sistema preconizado pela emenda.

Como se sabe, a Lei de Classificação de Cargos estabeleceu regras de enquadramento no máximo para hipótese de quatro classes, enquanto a emenda prevê a instituição de até oito classes em certas séries de cargos.

Por outro lado, a emenda promove o desajustamento retributivo entre civis e militares, ao fixar os valores dos símbolos dos cargos em comissão, onde o símbolo L-C, por exemplo, estaria em posição superior ao nível de vencimento de General do Exército, Almirante-de-Esquadra e Tenente-Brigadeiro.

Ao final deste parecer, formularemos subemenda, para corrigir as irregularidades apontadas.

Emenda nº 45 — CF

A emenda protege a validade de concursos por mais dois anos, com o objetivo de assegurar aos candidatos aprovados nos mesmos.

A medida como se vê, é de inteira procedência e justiça, pois assegura aos concursados oportunidade que lhe foi subtraída em razão das respectivas efetivações de interinos.

Emenda nº 48 — CF

A emenda manda aditar mais uma classe, no nível 12 à de Guardas-Tiros do D. C. T., de que trata o Anexo I, da Lei nº 3.780, de 1960.

Embora nos pareça justa a providência constante da emenda, carece, porém, de justame a sistemática do projeto, por se tratar de proposição de típica classificação de cargos.

O nosso parecer, pois, é contrário a esta emenda.

Assim ao final deste parecer formularemos subemenda de correção.

Essas, as ponderações que nos cumpria fazer sobre as emendas da Comissão de Finanças com as quais concordamos, exceção feita às de números 38-CF, porque a legislação em vigor já regula a espécie, e 48-CF, por impertinente.

Quanto à subemenda à emenda número 10-CSPC, somos, igualmente, pela rejeição, porque anula os objetivos da emenda e do próprio artigo que a mesma se refere.

Cumpridos, agora, apreciar as emendas de plenário, que, por serem numerosas, não poderão ser objeto de detalhada discriminação neste parecer, embora, sobre elas tenhamos realizado detido exame.

Em realidade, a enorme pletera de emendas, em cotejo com exiguidade de tempo que nos é dado, torna impraticável a perfeita aferição das mesmas, naquilo que elas representam de repercussão sobre a sistemática do serviço público, consideradas as suas conveniências e oportunidade.

Dentro de tais limitações, procuramos confrontá-las com o espírito do projeto, através de um estudo preliminar de pertinências, joelando-as tanto quanto possível, a fim de obter soluções que melhorassem o projeto, corrigindo falhas e impetências, sem promover modificações que importassem na quebra dos padrões administrativos vigentes.

Nessa linha de considerações, resolvemos acolher as seguintes emendas de plenário:

Emenda nº 71

A emenda atribui um aumento justo ao pessoal matutino, de modo a que não venha a perceber mais de 70%, uma vez que já beneficiada com majorações salariais em janeiro do corrente ano.

Emenda nº 93

Procura-se, com essa emenda, evitar que o encargo de posição inferior, na escala dos cargos em comissão, venha a suplantá-lo, em retribuição, outro de nível mais elevado.

Quando isto ocorre, estabelece, que o cargo de símbolo mais elevado, tenha o seu valor acrescido da diferença existente entre este e o do nível mais baixo.

Emenda nº 94

Esta emenda dá nova redação à letra c, do § 4º do art. 15, para melhor atender aos fins a que se propõe o referido artigo.

De fato, com a redação proposta na emenda, tem-se uma precificação mais adequada para a espécie.

Emenda nº 126

A emenda visa a amparar, com a extensão do disposto no parágrafo único do art. 23, da Lei nº 4.069, de 1962, aos determinados bolsistas do Instituto Oswaldo Cruz, que ingressaram naquela repartição até a data da referida lei.

Não fora a dúvida suscitada, em razão da denominação dessa categoria, teríamos que os mesmos já estariam beneficiados pelo citado preceito legal, pois reúnem as condições prefixadas no pré-falado dispositivo.

O que ocorre, porém, é que a nomenclatura "Bolsista" cria uma concepção falsa sobre natureza do serviço prestado, parecendo tratar-se do pessoal não assalariado.

Tal categoria, todavia, está sujeita a um regime de trabalho remunerado, percebendo salário mensal pelo trabalho prestado, situação esta que os coloca, de fato e de direito, no campo de incidência da Lei nº 4.069, de 1962.

A emenda, nesse passo, tem caráter meramente interpretativo.

Emenda nº 142

Restabelece-se, com esta emenda, o regime consagrado pelo art. 28 da Lei nº 4.069, de 1962, para a gratificação dos Juizes Eleitorais.

Com a redação do projeto, os Juizes Eleitorais têm a sua gratificação diminuída, sem qualquer justificativa.

Emenda nº 145

A emenda consubstancia medida justa, vez que concede gratificação mensal aos secretários de Juntas de Alistamento Militar, os quais, até hoje, continuam a prestar relevantes serviços sem perceberem qualquer retribuição.

Emenda nº 162

A emenda permite que o servidor público, civil ou militar, possa descontinuar importância igual a da esposa, na declaração de imposto de renda, desde que preencha as condições do art. 21, da Lei nº 4.069, de 1962.

O art. 21, da referida lei, considera dependente do servidor solteiro, desquitado ou viúvo, a mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva sob sua dependência econômica no mínimo há cinco anos e enquanto persistir o impedimento legal para o casamento.

Tratando-se de dependente do servidor, parece-nos justa a medida proposta na emenda.

Emenda nº 472

Acolhemos esta emenda em consideração à situação de fato existente.

E' do nosso conhecimento a existência de milhares de processos de readaptação paralizados na repartição competente do Poder Executivo, porque o acúmulo de serviço não permite o seu despacho.

O próprio Departamento Administrativo do Serviço Público reconhece esse estado de coisas, e tendo recomendado mesmo a descentralização dessa obrigação, para o âmbito dos Ministérios.

Emenda nº 369

A estrutura que a emenda dá ao sistema de retribuição dos Juizes, membros do Tribunal de Contas da União, Membros do Ministério Público e Membros do Serviço Jurídico

da União, é de molde a justificar a sua aprovação.

Emenda nº 370

A emenda corrige uma situação de subversão hierárquica existente entre as categorias sujeitas a um regime de remuneração.

Na situação atual, porque o ocupante do cargo de direção, quando se trata de funcionário da carreira, não percebe a percentagem relativa ao seu cargo efetivo, ocorre que o mesmo fica em condição de inferioridade perante os seus subordinados, que por isso, percebem retribuição mais elevada que a sua.

A emenda corrige essa distorção.

Emenda Nº 371

Trata-se de medida justa e que visa a amparar uma categoria de servidores, que, até esta data, percebe irrisória retribuição de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais.

Tais servidores, a rigor, estariam protegidos pelas disposições do art. 23, § único, da Lei nº 4.069, de 1962. Ocorre, porém, que esse entendimento não foi adotado pela repartição em que os mesmos estão lotados, fato este que os coloca em situação vexatória e sem qualquer amparo, seja de legislação estatutária, senão, também, da trabalhista ou da previdenciária.

A emenda, pois, é de inteira justiça.

Emenda Nº 450

Esta emenda assegura aos funcionários do Poder Executivo, civis e militares, removidos para Brasília no período de 21 de abril de 1960 a 21 de abril de 1962, a contagem em dobro desse tempo para efeito de aposentadoria, à semelhança do que já foi feito em relação aos funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Recomenda-se, a medida, pelo sentido de equidade que estabelece.

Emenda Nº 468

Constitui uma permanente reivindicação do funcionalismo a incorporação de determinadas parcelas de sua retribuição para efeito de incidência da contribuição devida ao IPASE.

Desta sorte, o servidor quer pagar mais a instituição de previdência, para que seja alterado o valor de sua pensão, hoje calculada em quantia irrisória à vista das limitações de sua contribuição.

EMENDA Nº 402

Esta emenda visa a aclarar uma situação. De acordo com a legislação em vigor, as diárias concedidas aos funcionários públicos são deduzidas da declaração de imposto de renda.

A Divisão de Imposto de Renda, porém, recentemente, decidiu taxar as diárias pagas pelo exercício em Brasília, instaurando um estado de violência fiscal, além de discriminatório, pois que as demais modalidades de diárias continuam dedutíveis nas declarações do Imposto de Renda.

EMENDA Nº 526

Providência bastante razoável é esta que permite aos serventuários da justiça auferir percentagens sobre a cobrança da dívida ativa da União, não só em razão das afinidades de suas atribuições, com processo de arrecadação dessas rendas, se não, também, em atendimento ao estímulo que essa medida proporcionaria para um rápido e perfeito recolhimento.

Emenda Nº 545

Esta emenda merece a nossa aprovação pelas razões que nos foram trazidas pelas autoridades militares, encarregadas pelo acompanhamento do presente projeto de lei nesta Casa.

Além dessas emendas, as de números 98 — 164 — 169 — 190 — 258 — 272 — 329 — 369 — 370 — 371 — 386 — 450 — 456 — 463 — 485 — 492 — 526 — 545 — 576 — 589 e 598 nos parecem aceitáveis dados os argumentos apresentados nas respectivas justificações.

Essas as ponderações que nos competia fazer em referência às emendas dos órgãos técnicos desta Casa e às de plenário, no que tange aos aspectos de conveniência, oportunidade e interesse para o serviço público.

Nestas condições, somos de parecer favorável às emendas de ns. 28-CSN a 35-CSN; parecer contrário à subemenda à Emenda 20-CSPC; parecer favorável às de ns. 37-JF a 39-CF, 40-CF e 41-CF, com subemenda, 42-CF a 46-CF, 48-CF com subemenda e 49 CF; 71 — 93 — 94 — 98 com subemenda, 126 — 142 — 145 com subemenda, 148 — 164 — 169 — 190 com subemenda 258 — 272 — 329 com subemenda 369 com subemenda, 370 — 371 com subemenda, 386 — 450 — 456 com subemenda, 468 — 485 — 492 — 526 — 545 — 576 — 589 e 598; e parecer contrário às emendas 36-CF — 47-CF — 50 a 70 — 72 a 92 — 93 a 97 — 99 a 125 — 127 a 141 — 143 — 144 — 146 — 147 — 149 — 150 a 163 — 165 a 168 — 170 a 189 — 191 a 257 — 259 a 271 — 273 a 328 — 330 a 368 — 372 a 385 — 387 a 449 — 451 a 455 — 457 a 467 — 469 a 484 — 426 a 431 — 493 a 525 — 527 a 544 — 546 a 575 — 577 a 579 — 580 a 588 — 590 a 597 — 599 a 603.

Subemenda à Emenda 40-CF

Dê-se à emenda nº 40-CF a seguinte redação:

“Ao art. 16:

Acrescente-se a seguinte alínea:

e) dos presidentes dos demais Institutos Autárquicos, em Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros).”

Subemenda à Emenda 41-CF

Dê-se à emenda nº 41-CF a seguinte redação:

Acrescente-se onde couber:

“Art. — Sem prejuízo da manutenção dos níveis iniciais fixados pela Lei nº 3.703 de 12 de julho de 1960, o Poder Executivo promoverá a reestruturação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, das classes e séries de classes em novas séries de classes até o limite máximo de seis níveis das quais os três primeiros distribuídos interpostamente.”

Parágrafo único. Na execução deste artigo, serão observadas as seguintes normas:

a) as classes singulares e séries de classe constituídas de até 3 classes serão duplicadas;

b) as séries constituídas de 4 classes terão mais 2 classes;

c) as séries constituídas de 5 classes terão mais uma classe.

Art. — As séries de classes para cujo ingresso ou exercício seja exigido diploma de nível universitário superior ou defesa de tese — terão, obrigatoriamente, início no nível 17 e término no nível 22.

Art. — Far-se-á o enquadramento passando os ocupantes dos cargos considerados em conjunto, por ordem decrescente de nível a ocupar, de cima para baixo, as novas classes, atendidas as seguintes percentagens:

I — nas séries constituídas de quatro classes, a distribuição será de 25% para cada classe;

II — nas séries constituídas de quatro classes, 50% serão enquadrados em cada classe;

III — nas séries constituídas de seis classes, 15%, serão enquadrados na final de 17% em cada uma das demais classes.

Parágrafo único. Em caso de empate no enquadramento na nova classe, será observado o disposto no artigo 47 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. — Ao ser executado o disposto no artigo 55 desta Lei, será estabelecida a linha de acesso constante da Lei nº 3.720 de 12 de julho de 1960.

NO ANEXO I

1) Gratificação de função.

Símbolo.	Valores mensais
1-F	112.000,00
2-F	108.000,00
3-F	105.000,00
4-F	102.000,00
5-F	99.000,00
6-F	96.000,00
7-F	93.000,00
8-F	90.000,00
9-F	87.000,00
10-F	84.000,00
11-F	81.000,00
12-F	78.000,00
13-F	75.000,00
14-F	72.000,00
15-F	69.000,00
16-F	66.000,00
17-F	63.000,00
18-F	60.000,00
19-F	57.000,00
20-F	54.000,00
21-F	51.000,00
22-F	48.000,00
23-F	45.000,00
24-F	42.000,00
25-F	40.000,00

NO ANEXO I

1) — Acrescente-se na Tabela:

Servidores Civis

A) — Vencimentos dos Cargos Efetivos

Níveis	Referência-base (Valores mensais)	Referência Horizontal (Valores mensais)
22	105.000,00	3.150,00
21	103.000,00	3.000,00
20	95.000,00	2.870,00
19	90.000,00	2.700,00

Subemenda à emenda nº 456

Substitua-se pelo seguinte:
Acrescente-se, onde couber:

“Art. O disposto no art. 33 desta Lei aplica-se aos servidores públicos por contrato, até 31 de março de 1963, em serviços educacionais e culturais mantidos diretamente pela União.

Subemenda à emenda nº 170

Dê-se à emenda nº 190 a seguinte redação:

Inclua-se no § 3.º in fine, as seguintes:

“na execução deste artigo aplicam-se as disposições da Lei nº 4.031, de 2 de abril de 1962”.

Subemenda à Emenda nº 371

Dê-se à Emenda nº 371, a seguinte redação:

“Inclua-se onde couber”:

“Art. ... Nenhum funcionário público civil do Poder Executivo, administração direta e indireta, inclusive os Observadores Pluviométricos da SUDENE ou DNOCS, poderá perceber, mensalmente, a título de vencimento, importância inferior ao maior salário-mínimo vigente no País”.

Subemenda à Emenda nº 98

Dê-se à Emenda nº 98 a seguinte redação:

“Modifique-se o § 3º do art. 15, pelo seguinte:

“§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos funcionários indicados nos arts. 6, 25 e seus §§ 2º e 3º, aos Oficiais-Generais das Forças Armadas, aos respectivos pensionistas, bem como aos servidores do Grupo Ocupacional Médico, símbolos AF-301 e 302.”

Subemenda à Emenda nº 323

Dê-se à emenda a seguinte redação:

“Inclua-se o seguinte artigo:

“Art. ... Os jornalistas profissionais, registrados no Ministério do Trabalho e Previdência Social até 31 de dezembro de 1963 e nomeados para o serviço público federal até junho de 1963 serão enquadrados no nível inicial da série de Redatores, desde que o requerente comprovem as condições legais em vigentes”.

Subemenda da Comissão de Serviço Público Civil à Emenda nº 369

Inclua-se no art. 1º da emenda os seguintes parágrafos:

“§ 1º A Magistratura e ao Ministério Público dos Estados aplicam-se, convenientemente base, respectivamente, os níveis dos incisos V, números 2, 3, 4, 5 e 6 e IX, ns. 2, 3, 4,

5 e 6 deste artigo correndo à conta da União a diferença existente entre os atuais vencimentos dos magistrados e membros do Ministério Público, e os estabelecidos nesta lei.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior obedecerá a seguinte correção:

INCISO V

2. Desembargador;
3. Juiz de 4ª instância;
4. Juiz de 3ª instância;
5. Juiz de 2ª instância;
6. Juiz de 1ª instância.

INCISO IX

2. Procurador-Geral de Estado;
3. Subprocurador de Estado;
4. Promotor de 4ª instância;
5. Promotor de 3ª instância;
6. Promotor de 2ª instância.

Subemenda da Comissão de Serviço Público Civil à Emenda nº 145

Dê-se à emenda a seguinte redação:

"Art. ... Aos Secretários das Juntas de Alistamento Militar é concedida a gratificação mensal de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros). ...

Subemenda à Emenda nº 123 ao Projeto nº 31-63

Dê-se à Emenda nº 126 a seguinte redação:

"Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo".

"Art. ... O disposto no parágrafo único do art. 23, da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, aplica-se aos que ingressaram, até esta data, no Instituto Oswaldo Cruz para execução de trabalho de pesquisa mediante portaria do Diretor daquele Instituto, como bolsista.

Parágrafo único. Os beneficiados pelo disposto neste artigo, serão enquadrados de acordo com a Lei número 3.780, de 12 de julho em classes ou séries de classes que tenham atribuições correspondentes às funções exercidas".

Justificação

A subemenda tem por objeto dar uma redação mais clara à emenda apresentada, evitando erros de interpretação.

Subemenda da Comissão de Serviço Público Civil à Emenda nº 48-CF

Dê-se à Emenda nº 48-CF a seguinte redação:

"Inclua-se onde couber:

A Classe de Guarda-Fios, Código CT-12; de que trata o Anexo I, da

Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, passa a constituir uma série de duas classes, garantido o acesso à classe de Inspetor de Linhas Telegráficas.

Dê-se ao § 2º do art. 43 constante da emenda, a seguinte redação:

"O deferimento do pedido ficará condicionado à existência de vaga e à conveniência de administração, garantidos, nestas condições, o direito à transferência dos que a tiverem requerido no prazo previsto no parágrafo anterior.

E o parecer.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1963. — Silvestre Péricles, Presidente. — Sigefredo Pacheco, Relator. — Dinarte Maria. — Leite Neto, com restrições. — Antônio Carlos, com restrições. — Aloysio de Carvalho, nos termos da declaração de voto em anexo.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO

Estive presente à Comissão somente quando ela, reabrindo sem qualquer justificativa discussão sobre matéria vencida, deliberou aprovar, por voto de desempate, a emenda de plenário número 148, com o que restabe-

leceu o artigo 29 do Projeto da Câmara que em reunião anterior havia sido objeto de emenda supressiva da mesma Comissão, sob número 14. De referência ao grupo de emendas com parecer favorável do Relator, votei pela rejeição das de números 126 — 370 — 371 — 386 — 450 — 456 — 468 — 492 — 526 — e 545; com os fundamentos expostos em sessão principal, quanto às emendas de números 526 e 545, o fundamento de a sua matéria escapar inteiramente à apreciação da Comissão, nos termos do Regimento Interno do Senado. Quanto à emenda de número 164 foi voto pela rejeição mas acolhida como foi, votei para subemenda, consubstanciada prudente diligência, o mesmo ocorrendo em relação à emenda de número 456. Quanto à emenda de número 369 que foi aprovada com subemenda instituindo o sistema híbrido de a União pagar a Magistratura do Ministério Público dos Estados a diferença de vencimentos em confronto com os fixados no Projeto para os correspondentes órgãos da União votei contra a subemenda, por entender, salvo melhor juízo, que não se ajuste nem aos preceitos nem ao espírito da Constituição vigente.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1963.

CONCURSO PARA TAQUIGRAFO DE DEBATES

CHAMADA PARA AS PROVAS TÉCNICAS — DITADOS TAQUIGRAFICOS

Comunico aos candidatos abaixo relacionados que a primeira e a segunda prova de ditado taquigráfico serão realizadas nos dias sete (7) e oito (8) de julho próximo, domingo e segunda-feira, às nove (9) horas no Senado Federal, em Brasília.

Os cartões de identificação dos candidatos podem ser procurados na Diretoria da Taquigrafia até uma (1) hora antes da realização da primeira prova.

Relação dos candidatos inscritos

Número da Inscrição	Nome do candidato	Observação
B — 9	Adolpho Perez	
B — 5	Almir Gomes de Farias	
B — 10	Antônio Carlos Roque da Silva	Documentação incompleta.
G — 9	Beatriz do Nascimento Pinto	Documentação incompleta.
F — 16	Cléa Drumond Vasconcelos	
B — 25	Décio Lisboa Pereira	Documentação incompleta.
B — 1	Elza Correia do Paço	
G — 5	Estelita Freire de Miranda	
B — 22	Francisco Ojeda	Documentação incompleta.
G — 8	Gerardo Souza Cruz	
B — 3	Geraldo Lopes	
G — 10	Gladys Thereza Gonçalves	Documentação incompleta.
B — 17	Haroldo Gueiros Bernardes	Documentação incompleta.
B — 2	Hélio Wender Gomes	
B — 21	Iza dos Santos	
B — 4	Irma Alvim de Paula	
B — 24	Isa Braga Monteiro Nogueira da Gama	

Número da Inscrição	Nome do candidato	Observação
B — 14	Izabel Cabello	Documentação incompleta.
B — 20	Jandyrá Faria Freitas	Documentação incompleta.
B — 11	Jorge Avelar Silva	
B — 8	Leandro Libório Sobrinho	
B — 6	Levy Machado	Documentação incompleta.
G — 1	Luiz Gonzaga Borges	
F — 18	Luzia Maria Barcelos de Paula	
B — 12	Marcus Augusto de Oliveira	
B — 15	Maria de Lourdes Tórreres Feitosa	
G — 4	Maria Helena Jennings dos Santos	
G — 7	Maria Izabel Pinheiro Rodrigues	
G — 6	Marilda Macedo Rezende	
G — 3	Maryliha Viana da Silva	Documentação incompleta.
B — 27	Maurício Pereira Vasques	Documentação incompleta.
B — 26	Mythes Nogueira	
B — 23	Piera Paola Gagnor	
B — 13	Priscilla Mendes Cardoso	
B — 19	Sebastião Nogueira	
G — 2	Waldir Gomes Novais	
B — 7	Yvette Vieira Pinto de Almeida	

NOTA — Os candidatos que não completarem a documentação até às dezesseis (16) horas do dia três (3) de julho de 1963 terão a sua inscrição automaticamente cancelada, para todos os efeitos.

Secretaria do Senado Federal, em 26 de junho de 1963. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

(Dias: 26 de junho a 5 de julho).

A Ata da 81ª Sessão realizada em 1 de julho de 1963 será publicada em suplemento.